

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A IDADE DO BRONZE DO NORTE DE PORTUGAL

ANA M. S. BETTENCOURT¹ e MARIA DE JESUS SANCHES²

1. A IDADE DO BRONZE NO NORTE DE PORTUGAL: O «DISCURSO DE RECORRÊNCIA»

Com este texto não pretendemos desenvolver uma síntese global sobre a Idade do Bronze, no vasto e ecologicamente diversificado território que é o Norte de Portugal. Geograficamente compartimentado e ainda mal conhecido na maioria das suas micro-regiões, esta síntese seria inexoravelmente tão redutora como os «habituais» processos generalizadores que buscam regularidades dentro de uma perspectiva processualista. Correríamos ainda o risco de apresentar um trabalho onde repetiríamos, talvez com pequenas *nuances*, as mesmas linhas interpretativas que se têm defendido nos últimos anos sobre a Pré-História recente do Norte de Portugal.

Este nosso trabalho deverá pois ser encarado como um questionamento ou desconstrução do(s) discurso(s) adquirido(s) e dos pressupostos que lhe estão subjacentes - tanto nas várias sínteses realizadas sobre a Idade do Bronze do Norte de Portugal, como naquelas que, englobando o Noroeste peninsular, incluem naturalmente esta região na procura de novas vias de abordagem.

Ultrapassado o paradigma histórico-culturalista, a produção científica que abarca a Pré-História recente do Norte de Portugal a partir da segunda metade dos anos 80, inscreve-se genericamente numa etapa que designamos por «antropológica» e que se relaciona directamente com a difusão na Península dos paradigmas interpretativos da Nova Arqueologia americana e da Arqueologia processual anglo-saxónica.

Nestas correntes arqueológicas, a cultura é vista como um sistema adaptativo em interacção com o ambiente; as mudanças resultam de mecanismos internos e as diferenças artefactuais são olhadas como reflexo de diversidades funcionais ou outras, e não como indicadores cronológicos. A assumpção optimista de que da totalidade do registo arqueológico e da formulação de modelos é possível inferir aspectos sobre a organização social, económica, ideológica e ritual das comunidades começa a notar-se na arqueologia do Noroeste.

Estas influências teóricas vão ter repercursões metodológicas importantes: desenvolvem-se *projectos regionais* que visam estudar a evolução do povoamento e dos

¹ Unidade de Arqueologia, Universidade do Minho, Av. Central, 39 - 4710 Braga - Portugal. Email: Anabett@uaum.uminho.pt

² Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150 Porto - Portugal. Email: M.Sanches@esoterica.pt. A nossa colaboração incidiu essencialmente sobre os temas relacionados com o povoamento dos inícios da Idade do Bronze e com a arte rupestre.

aspectos socio-económicos da Pré-História do Noroeste; aplicam-se *novas metodologias* nos trabalhos de campo (arqueologia espacial, escavações em área, contextualização dos achados, crivagem dos sedimentos, extracção de amostras para diferentes tipos de análises, etc.); promove-se, ainda que de forma embrionária, o diálogo interdisciplinar com a Antracologia, a Arqueozoologia, a Paleocarpologia, a Palinologia, a Física³, entre outras.

A conjugação destas técnicas permitindo uma perspectiva diferente de olhar os dados, redundou em importante contributo para o estudo da Idade do Bronze. Destacamos, neste contexto, os trabalhos de S. Jorge (JORGE 1988c; 1990, 1991, 1996), a que se seguiram muitos outros (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1990, 1991, 1993; BELEN *et alii* 1991; FABIÃO 1992; SILVA *et al* 1993; FABREGAS VALCARCE 1993a, 1993b, 1995; FABREGAS VALCARCE *et al* 1994; 1995; CALADO 1993).

Sobre a Proto-História, abarcando os finais da Idade do Bronze surgem igualmente uma série de sínteses. As primeiras influências «timidamente funcionalistas» devem-se aos trabalhos de Maluquer de Motes (1973; 1975), mas o desenvolvimento de abordagens socio-económicas e simbólicas só se afirma nas décadas de 80/90 com vários trabalhos (MARTINS 1990⁴, 1993/1994, 1994, 1996; ALMEIDA 1990; ALARCÃO 1992, 1996; QUEIROGA 1992⁵; SILVA *et alii* 1992; DINIS 1993⁶, 1996; LEMOS 1993⁷, 1996). Contemporâneas daquelas são as publicações monográficas da autoria de S. Jorge (1988b), de M. Martins (1988a; 1989; 1991) e de D. Cruz (1992) ainda escassas, face à quantidade de materiais inéditos, de antigas e de novas escavações. Publicam-se igualmente os primeiros trabalhos sobre a «reconstituição» paleo-ambiental e paleoclimática relativas a esta etapa cronológica, permitindo o desenvolvimento de estudos interactivos entre aspectos socio-económicos, ideológicos, simbólicos e o meio onde as comunidades se desenvolveram (SILVA 1988; FIGUEIRAL 1990, 1993, 1994, 1995; ANTUNES 1991-1992; VERNET *et al* 1993; AIRA RODRIGUEZ *et al* 1995; RAMIL REGO *et alii* 1996).

Entre os trabalhos que inauguraram discursos hipotéticos, levantaram questões, problematizaram os conhecimentos adquiridos, abrindo novas perspectivas de investigação para a Idade do Bronze, destacamos os de S. Jorge (1988c, 1990, 1991, 1996), de M. Ruiz-Gálvez Priego (1990, 1991, 1993), de R. Fábregas Valcarce (1993a, 1993b) e R. Fábregas Valcarce *et al* (1994, 1995). Para a Proto-História distinguimos os de M. Martins (1990, 1993/1994, 1994, 1996) e de J. Alarcão (1992).

A abordagem crítica sobre as sínteses enunciadas será apresentada de seguida. Por ora, destacaremos, pela sua relevância, os artigos de S. Jorge de 1991, 1996⁸ e de

M. Martins 1994. Tratam-se de textos onde está explícita uma abordagem teórica. S. Jorge, no primeiro, admite a natureza relativa dos dados arqueológicos, só passíveis de descodificação através de um «aparelho teórico», preconizando a elaboração de projectos de investigação cujo objectivo seria a compreensão global das comunidades «complexas», através da interacção entre a totalidade dos dados e da adopção de modelos hipotéticos-dedutivos apriorísticos. Revela, assim, uma adopção consciente dos pressupostos da Arqueologia Antropológica, com o mérito de se afastar das expressões mais ortodoxas desse paradigma: a da possibilidade de criar leis preditivas do comportamento humano e a adopção do determinismo ecológico e demográfico como factor explicativo dos fenómenos de mudança. No segundo, denota já uma forte crítica em relação aquele paradigma, ao discutir a noção de complexidade e o valor heurístico de certas combinatórias como indicadores de diferentes níveis de complexidade social: a monumentalidade; a organização dos espaços funerários, rituais e domésticos; a quantificação e/ou variedade de artefactos tidos como socialmente distintivos; a intensificação e especialização económica; a inovação e desenvolvimento tecnológico, patente nos artefactos, etc. Assinala também a dificuldade existente em quantificar os indicadores arqueológicos de intensificação, hierarquização e integração, pelo facto de poderem estar associados a diversas configurações. Continua acentuando a dificuldade em correlacionar a complexidade com a visibilidade. Assim, a visibilidade ou opacidade do registo arqueológico decorrerá da estrutura organizacional das sociedades, pelo que a procura de níveis de complexidade exige, não a adição de um certo e conhecido número de variáveis, mas antes, a permanente articulação, a diversas escalas, e diferentes âmbitos de análise, de toda a documentação conhecida, tendo como quadro de referência uma ampla série de situações fornecidas pela Antropologia (*ibidem*: 193 - 194). Em 1994, M. Martins, num texto sobre continuidade e mudança no I milénio a.C. problematiza estes conceitos operatórios, considerando-os como produto do evolucionismo, embora necessários para ultrapassar a etapa narrativa da Arqueologia. Adopta já uma postura relativista em relação ao conhecimento⁹.

As várias sínteses: abordagem crítica

Bronze Inicial

É a S. Jorge (1988c e 1990) que se deve a primeira síntese sobre o Bronze Inicial. Trata-se de um texto não apenas de carácter arqueográfico e descritivo, pois ensaia uma abordagem antropológica em termos socio-económicos e simbólicos na reinterpretação dos dados existentes. Pela primeira vez, são associadas a este período (1800/1700 a 1500 a.C.), contextos habitacionais e sepulcrais com características tradicionais, expressões

³ Em particular no que se refere a estudos de radiocarbono.

⁴ Trabalho de facto finalizado em 1987 no âmbito da sua dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, embora publicado em 1990.

⁵ Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Oxford, policopiada.

⁶ Dissertação de mestrado não publicada, apresentada à Universidade do Porto.

⁷ Dissertação de doutoramento não publicada, apresentada à Universidade do Minho.

⁸ Texto apresentado em 1994 no âmbito do Colóquio «The Identity of Bronze Age Europe», realizado em Londres, integrado na «Campanha da Idade do Bronze» do Conselho da Europa.

⁹ Já em 1993/1994, esta autora publica um importante texto onde apresenta as diferentes perspectivas com que foi interpretada a denominada «Cultura Castreja», discutindo os conceitos processuais de complexidade, mudança e evolução, propondo leituras do registo arqueológico que passam por novas concepções de tempo, espaço e cultura e pela «revalorização das continuidades e mudanças».

artísticas, «depósitos», artefactos cerâmicos e metálicos em bronze, ouro e prata. Conjugando todos estes documentos, a autora defende a emergência, nalgumas comunidades, de uma organização social de tipo «chefado», com elites masculinas. Esta estaria relacionada com mecanismos de interacção social de longo curso, com outras sociedades de complexidade semelhante, nomeadamente de âmbito atlântico e meseteno, numa aplicação do modelo de «peer polity interaction», subscrito por Renfrew (1982, 1986). Esta organização social poderia explicar o aparecimento de novos rituais e de formas de tumulação contendo itens de prestígio, a representação de armas nas gravuras rupestres, bem como os «depósitos», indicadores e legitimadores de poder. Para a autora apesar da existência de itens de prestígio em diferentes regiões não devemos daí inferir uniformidade em termos regionais (1990: 213, 220-225). A diversidade patente, por exemplo, na variedade tumular e nos seus espólios decorreria da existência de «comunidades em diferentes estádios evolutivos», o que não contradiz outra ideia, também marcante neste texto, a de que, a prazo, as interacções supra-regionais entre elites as irá aglutinar «na mesma teia de interdependências».

Este trabalho, além dos méritos já apontados no parágrafo inicial representa a fuga a explicações generalistas tão caras à arqueologia processual.

Em 1996, S. Jorge, sem pôr em causa os pressupostos anteriores, defende que na fachada atlântica ocidental da Península Ibérica, a aparente uniformidade conferida por artefactos metálicos ou outras manifestações, seria reflexo da existência de grupos sociais «abertos», menos competitivos, onde a produção, a transformação e o intercâmbio de metais se efectuariam numa rede menos «apertada» de transações supra-regionais, o que teria promovido uma diversificada utilização social dos artefactos metálicos, ao contrário das sociedades do Sudoeste (ibidem: 200-201). Defende ainda a existência de vestígios de povoamento sedentário, como a estação murada de tradição Calcolítica de Castelo Velho, Vila Nova de Foz Côa e o povoado aberto da Bouça do Frade (1ª fase), Baião, onde a autora identificou «aumento da produção agro-pastoril».

M. L. Ruíz-Gálvez Priego (1990, 1991, 1993) e R. Fábregas Valcarce & M. L. Ruíz-Gálvez Priego (1994: 152-154) atendendo à precaridade dos povoados deste período que classificam com base em critérios cronotipológicos (presença da cerâmica campaniforme e da metalurgia do cobre) localizados em terras baixas, preconizam uma organização económica baseada numa agricultura de corte e queimada, praticada em itinerância entre terras altas e baixas, em associação com um amplo recurso à caça e à recollecção. Esta organização, reveladora de alguma intensificação da produção agrária, do aumento populacional e da expansão para novas terras, poderia relacionar-se com a adopção de elementos da «Revolução dos Produtos Secundários» (arado ligeiro). Contudo, o provável desconhecimento de práticas de rotação agrícola entre cereais e leguminosas e a inexistência de técnicas de estrumagem adequadas em quantidade e qualidade, deveria ter impedido a sedentarização das comunidades (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1993:12). No contexto duma incipiente diferenciação social no final do III, inícios do II milénio, ambos os autores admitem a existência de uma organização social que integraria uma elite ligada a uma rede de intercâmbios e de contactos de nível supra-regional. Esses contactos entre grupos de regiões distintas, teria permitido a troca de

conhecimentos e a introdução de objectos, de nova tecnologia e a «...generalización en Europa Occidental de las mismas convenciones en armamento, bebida y adorno, uso de vajilla de oro y ricos ajuares asociados al varón», materializados nos túmulos com espólio rico e nos depósitos, como seria exemplo o de Caldas de Rey (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1990, 1991, 1993:12).

A. C. Silva et al (1993) acentuam o poliformismo do fenómeno sepulcral que supõe estar ligado a diferentes tradições culturais. Refere a grande diminuição de povoados em relação ao Calcolítico, que explica por um decréscimo demográfico, possivelmente relacionado com a deterioração das condições climáticas, com acções antrópicas sobre o meio ou com problemas sociais. A partir das inovações materiais e dos túmulos com espólio rico e exótico, reconhece que este é um período de assimetrias no seio do qual terão, eventualmente, surgido sociedades em processo de maior diversificação e hierarquização social. Apesar do peso do substracto cultural da época anterior, seria nestas comunidades que se teriam originado as primeiras elites, associadas à exploração e circulação de recursos minerais e ligadas a influências mediterrânicas e atlânticas.

Em texto mais recente R. Fábregas Valcarce (1995) assume uma posição mais moderada em termos sociais. Relaciona este período (c. de 2300/2200 - 1600)¹⁰ com uma diversidade tumular em termos arquitectónicos, rituais e de espólio, que explica, quer pela diferenciação social do defunto, quer pela diversidade de «...tradiciones y estrategias de reproducción social en las distintas comunidades» (ibidem: 107). Defende, no entanto, que a desigualdade social é incipiente, embora existente num quadro de actividades masculinas, materializado pela presença de artefactos metálicos nos túmulos e nas gravuras rupestres, localizadas em áreas de grande domínio visual.

Bronze Médio

Cabe a M. Martins (1990: 199-201¹¹) a primeira síntese sobre este período, elaborada dentro dos parâmetros da arqueologia social. Apesar da escassez de dados, a autora baseia-se na descontinuidade entre os povoados que atribui ao Calcolítico Final/Bronze Inicial e os do Bronze Final, para colocar a hipótese de que durante este período teriam existido comunidades que viveriam em pequenos povoados pouco perceptíveis na paisagem e com grande mobilidade relacionada com uma economia de auto-consumo, de carácter misto. A par destas comunidades, teriam surgido outras acusando maior complexidade económica e social, marcadas pela presença da metalurgia do bronze e de itens exóticos. Afastando-se das fastidiosas descrições artefactuais para tentar uma interpretação de ordem socio-económica, esta autora assinala assim um momento de viragem na interpretação da documentação arqueológica deste período.

Se a M. Martins coube o mérito do primeiro corte epistemológico com o modo tradicional de apreender o registo arqueológico do Bronze Médio, é a S. Jorge (1988c:

¹⁰ Este autor utiliza datas de calendário.

¹¹ Trabalho escrito em 1987, mas só publicado em 1990.

92-94; 1990: 225-226, 228-231) que se deve a primeira grande narrativa socio-económica, numa inspiração clara da Arqueologia Antropológica. Contando apenas com artefactos metálicos descontextualizados, admite a pervivência formal de objectos da fase anterior e faz corresponder a este período uma etapa de inovações técnicas (metalurgia do bronze) e sociais (relacionada com a abertura de novas redes de intercâmbios). Seriam estas inovações que de modo lento e gradual se articulariam num processo conducente à emergência das novas realidades sociais, características da fase subsequente. Esta linha interpretativa baseia-se na presença de alguns objectos de cobre de influência argárica, que traduziriam contactos com o mundo meridional, na adopção da metalurgia do bronze e no aparecimento de «depósitos» ou «tesouros», por vezes em ouro, de inspiração atlântica. A introdução da metalurgia, que pressupõe a exploração de jazidas de estanho; o fabrico de artefactos; a distribuição de matéria prima; o abastecimento de cobre e o controlo destas actividades «...por parte de algumas comunidades» levaria à inclusão do Norte de Portugal numa rede supra-regional de intercâmbios de matérias-primas e de objectos metálicos de maior complexidade do que na etapa anterior, o que aproximaria esta fase das sociedades do Bronze Final.

A ausência de tumulações é explicada pela hipotética alteração dos indicadores de poder, que já não se materializariam nos enterramentos, mas nos depósitos metálicos e na «manutenção e ampliação» dos locais de culto (gravuras rupestres «galego-portuguesas»). Neste sentido, os túmulos e os povoados, não sendo referências de poder, seriam muito difíceis de detectar na paisagem, devido à precariedade dos materiais usados na sua construção e à pobreza material.

Em 1996, S. Jorge chama a atenção para a ocorrência de um maior número de dados para este período, nomeadamente túmulos e povoados, ainda que escassos.

M. Ruíz-Gálvez Priego (1993) e R. Fábregas Valcarce & M. Ruíz-Gálvez Priego (1994) associam a este período um aumento da instabilidade social e uma grande mobilidade das populações, que por motivos técnicos ligados com a incapacidade de tornar os solos produtivos durante muito tempo, teriam uma economia itinerante à semelhança da praticada no Bronze Inicial. O desconhecimento de povoados atribuíveis a este período e a escassez de tumulações leva-os a considerar este momento como de recessão socio-económica face ao anterior.

R. Fábregas Valcarce (1995) e R. Fábregas Valcarce & R. Bradley (1995) reformulam a tese da recessão económica durante o II milénio, considerando o Bronze Médio como um período de «(r)evolução silenciosa», marcado por uma gradual deflorestação e uma progressiva antropização do território, evidenciada pelo registo polínico; por um incremento da pastorícia; pela estabilização do regime agro-pastoril; por inovações tecnológicas (generalização do bronze de estanho) e artefactuais (machados de tipo Barcelos, espadas). Em termos socio-económicos R. Fábregas Valcarce (1995: 110) defende uma alteração em relação ao período anterior «... que conlleva una tendencia hacia la fragmentación del hábitat, adaptándose a la constitución de unidades sociales de menor tamaño ...». No que respeita ao ritual funerário defendem a diversidade de rituais e de túmulos, embora menos visíveis arquitectonicamente e mais pobres artefactualmente do que no período anterior. Com algumas reservas põe a hipótese de

que, a partir dos meados do II milénio AC até ao Bronze Final, devido a modificações ideológicas, se teria procedido à deslocação dos rituais funerários para meios fluviais, o que explicaria o aparecimento de objectos metálicos nesse contexto (FABREGAS et al. 1995:160). De qualquer modo reconhece-se que a existência de áreas em meios aquáticos poderá derivar de outras motivações, como a valorização «comercial» e política dos rios como vias estratégicas de penetração e circulação (FABREGAS 1995:113-114).

M. Calado (1993) atribui ao Bronze Médio (1500-1200 a. C.) sociedades que se caracterizariam por um fenómeno de retracção económica e social, onde dominariam os povoados abertos e dispersos, decorrentes de um eventual decréscimo populacional (ibidem: 329-330, 350). Esta explicação insere-se no determinismo demográfico da Nova Arqueologia funcionalista.

O Bronze Final

Uma maior particularização das opiniões de M. Martins (1990=1987) e S. Jorge (1988c: 95-105, 1990: 231, 244-251) impõe-se por terem sido as primeiras que assumiram uma mudança de perspectiva cognitiva na interpretação dos dados relativos à região Norte e pela influência que vão ter em trabalhos posteriores.

M. Martins (1990; 1987), em relação à organização socio-económica, defende a existência de diferentes unidades socio-políticas, hierarquizadas entre si, mas ligadas por fenómenos de interdependência, resultantes da inclusão do Norte de Portugal no intercâmbio supra-regional de artefactos metálicos ou minérios, com outras comunidades atlânticas. Nalgumas zonas teriam emergido chefes, representantes de um poder centralizado, cujo prestígio se valorizaria através de artefactos exóticos e de jóias. Estes chefes estariam ligados ao controlo da circulação de matérias-primas e de objectos metálicos. Ao analisar a distribuição de artefactos de ouro, a autora conclui que estes se acumulam nas bacias do Ave e Tâmega, o que poderia estar relacionado com a existência, nesses locais, de comunidades socio-económicas mais complexas e centralizadas, controladoras da exploração, manufactura ou circulação de recursos mineiros a nível inter e supra-regional. Os diferentes padrões de povoamento registados neste período, onde se incluíram povoados fortificados e/ou abertos, parecem associar-se a distintas tradições materiais e económicas, podendo relacionar-se com as assimetrias de desenvolvimento das diferentes unidades socio-políticas. M. Martins considera que nos povoados fortificados —cujo fenómeno se generalizaria nos inícios do I milénio a.C. (ibidem: 202)— ou naqueles que dispunham de condições naturais de defesa, localizados em posição de controlo das grandes vias de circulação, ter-se-iam estabelecido comunidades responsáveis por actividades metalúrgicas importantes, enquanto os povoados abertos continuariam a estar vocacionados para a actividade agrícola. Esta hipótese assenta no facto de ser improvável que todas as comunidades do Noroeste fossem influenciadas pelo intercâmbio da metalurgia do bronze, ou, pelo menos, tocadas com a mesma intensidade. Com este trabalho chama-se a atenção, pela primeira

vez, para as assimetrias de desenvolvimento no Bronze Final; para a emergência dos povoados fortificados na Idade do Bronze e para o facto destes não resultarem de fenómenos migracionistas ou de comunidades em estado de guerra endémico. A autora, afastando-se das teses difusionistas que proliferavam para este período, explica este fenómeno através de mecanismos endógenos, ocorridos nos finais da Idade do Bronze. Aqueles mecanismos relacionar-se-iam com o aumento da instabilidade provocada pelo «conflito» entre algumas comunidades que exerciam o controlo da exploração das jazidas mineiras, dos corredores de circulação do metal ou dos produtos acabados, e outras comunidades mais interessadas na manutenção e posse da terra. Os povoados fortificados seriam, assim, reflexo do conflito pelo controlo político e territorial por parte de comunidades mais desenvolvidas e inseridas em mecanismos de intercâmbio de âmbito atlântico.

S. Jorge na primeira obra publicada em (1988c: 95-105) subdivide o Bronze Final em três etapas, mas posteriormente (1990: 231, 244-251) vai reduzi-las para duas: a primeira entre 1250-1000 a. C. e a segunda entre 1000/900 a 700 a.C. tentando uma caracterização de âmbito socio-económico para cada uma delas.

Na primeira etapa integra vários acontecimentos que enumeramos: o momento da emergência, ou incremento das condições que levarão à instabilidade social da fase seguinte; um incremento, ainda que incipiente, da manufactura e circulação de espólio metálico em bronze e ouro, este último do tipo «Villena-Estremoz»; uma influência forânea de origem mesetenha e mediterrânica ténue; uma intensificação económica baseada na especialização agro-pastoril, capaz de abastecer de forma auto-suficiente a comunidade; um povoamento ainda disperso e sem características de defesa na paisagem. Contudo, não exclui a possibilidade de uma «organização habitacional quiçá hierarquizada» em alguns locais, nos finais desta etapa, e uma fraca competição social, onde as novas elites estariam ligadas ao controlo da terra, das vias de circulação e do intercâmbio do metal, bem como à produção dos bens de subsistência.

A segunda etapa, de maior instabilidade social, é caracterizada por um incremento, em número e diversidade, da produção e circulação de objectos em bronze e ouro, de grande influência mediterrânica. Surge uma nova estratégia de povoamento no seio da qual emergem os primeiros povoados alcantilados com defesas naturais ou artificiais, relacionados com a complexificação dos contactos supra-regionais à escala europeia. O Norte ter-se-ia integrado nos circuitos atlânticos, mas com um forte incremento mediterrânico, através dos quais poderão ter entrado rituais e usos e da Europa Central. Estes povoados seriam contudo, sincrónicos de outros abertos, de tradição anterior. Estas alterações são vistas como representativas de hipotéticos sistemas hierarquizados de povoamento, no seio dos quais se desenvolveriam povoados com funções diversificadas entre si e onde os fortificados, ou somente localizados em topografias dominantes (povoados de altura), seriam eventuais «habitats centrais» controladores da manufactura e circulação metálica, dos bens de subsistência e da sua redistribuição, assim como do intercâmbio à distância. Corresponderiam a prováveis «unidades sociopolíticas» regionais ou a «centros de poder pré-estatal», cujos chefes personificariam uma liderança, fortemente individualizada, por vezes de carácter teocrático.

As assimetrias de poder entre diversas unidades sociopolíticas e a instabilidade social generalizada, explicável pela necessidade de conquista de mercados receptores da produção metalúrgica (anterior à chegada dos fenícios), explicaria, neste período terminal, o fenómeno da fortificação (JORGE 1990). A fortificação de povoados relacionar-se-ia, em última instância, com um fenómeno abrangente de territorialização, ou seja, da materialização de sistemas de ocupação e percepção do território, totalmente novos (JORGE 1996).

A existência de uma assinalável hierarquia social, poderia reflectir-se também nas estátuas-menires, vistas aqui como símbolos do poder, entidades divinas ou divinizadas, ou como representações de chefes glorificados (JORGE 1990: 248).

A autora termina elaborando um quadro de questões referentes: à procura de especificidades regionais; à compreensão dos processos desempenhados por essas áreas no âmbito das relações supra-regionais; ao modo como se teriam processado a entrada de diferentes influências no Norte de Portugal e à forma como cada comunidade assimilou as novidades.

Salienta ainda que a pretensa unidade material, transmitida pela grande circulação de itens de valor oriundos de outros contextos ideológicos, esconde as especificidades de diferentes comunidades (JORGE 1988c; 1990), e em particular dos sistemas sociais e cognitivos que os integram (JORGE 1996). Estas especificidades só poderiam ser clarificadas através de trabalhos de investigação de âmbito regional, relativos à definição dos sistemas de povoamento, das formas de necropolização, das estruturas económicas ou sociais, bem como dos «padrões de vida» de cada área (JORGE 1988c e 1990).

Numa tónica algo distinta surgiram os trabalhos de M. Ruíz-Gálvez Priego (1990, 1991, 1993) e R. Fábregas Valcarce & M. Ruíz-Gálvez Priego (1994) que admitem também diferentes padrões de povoamento no Bronze Final. Para eles os povoados abertos seriam representativos de um modo de vida não sedentário, associado a uma economia itinerante e os povoados de altura, sedentários, com artefactos metálicos (armas, adornos e utensílios) relacionar-se-iam com determinados usos no vestuário assim como com rituais comunitários varonis, que seguiriam os padrões comuns da Europa ocidental. A existência desses varões, explicar-se-ia por factores multicausais, como a intensificação e estabilidade agrária em bons solos agrícolas; um maior controlo dos recursos estanhíferos e das grandes vias de circulação do intercâmbio supra-regional.

A sedentarização estaria ligada a uma economia agro-pastoril complexa, pautada por uma agricultura rotativa de cereais e leguminosas, por uma nova visão do espaço, com apropriação e parcelamento de terras, introdução de novas plantas (favas) e de estímulos externos.

A partir dos trabalhos de M. Martins, S. Jorge e os de 1990 e 1991 de M. Ruíz-Gálvez Priego, que representam um corte epistemológico com a tradição histórico-culturalista, as obras futuras pautar-se-ão, de um modo geral, por serem pouco inovadoras. Caem no que designámos por «discurso de recorrência» repetindo sistematicamente algumas hipóteses já elaboradas, apenas com pequenas nuances.

C. Fabião (1992) ao dissertar sobre o Bronze Final do Norte de Portugal, aceita genericamente o tipo de organização de povoamento sugerido por M. Martins e S. Jorge. Acrescenta apenas que os povoados com defesas artificiais seriam indicadores de sedentarização, e os abertos, sem tradição anterior no Noroeste e de tradição mesetenha (ibidem: 84-86), indicariam uma ocupação sazonal, numa linha interpretativa que se aproxima das ideias defendidas por M. Ruiz-Gálvez Priego (1990,1991).

Explica esta dicotomia de povoamento (mesmo em locais onde ambos os tipos se manifestam), socorrendo-se de três hipóteses. Numa defende que, apesar de serem contemporâneos, cada sistema de assentamento dedicar-se-ia à exploração de recursos diferenciados, o que permitiria uma coexistência pacífica, numa tónica distinta das interpretações de S. Jorge (1988c e 1990). Noutra, os dois tipos de povoados seriam manifestação de uma hierarquia de povoamento onde se inscreveriam habitats de vocação diferenciada (no seguimento daquela autora). Numa terceira, que considera mais aceitável, os povoados abertos seriam manifestação de actividades específicas e sazonais, praticadas por populações dos povoados alcantilados. O povoamento seria denso e disperso, o que para o autor traduziria um aumento populacional expressivo. Caracteriza o sistema económico deste período, por uma produção excedentária, uma especialização de alguns produtos manufacturados e um sistema redistributivo (ibidem: 90). Em relação à organização social admite hierarquização vertical com a figura de um chefe controlador das actividades produtivas e sua redistribuição, coordenador dos intercâmbios supra-regionais e das obras de carácter público, de que seriam exemplo as estruturas defensivas. Admite também a existência de artífices especializados, parcial ou exclusivamente ausentes da produção de alimentos. Em suma, tratar-se-ia de comunidades com «crescente complexificação social» e centralização do poder, nas quais este se expressaria através de alguns símbolos (estátuas-menires, armas, adornos), segundo o modelo de S. Jorge. Quanto a nós o aspecto mais relevante deste trabalho é o facto do autor admitir que tais explicações correspondem apenas a um modelo teórico, atendendo a que os dados arqueológicos apenas sugerem que «...o processo de diferenciação social em curso durante o Bronze Final, no Noroeste, deveria ser pouco significativo...», e por reconhecer que imediatamente antes da conquista romana a região parecia acusar «...arreigados sentimentos comunitários, de feição arcaizante...» (ibidem: 92).

J. Alarcão (1992) ao expôr algumas ideias sobre a primeira etapa da «cultura castreja» que inclui no Bronze Final, defende uma organização sociopolítica caracterizada por sociedades hierarquizadas onde os chefes alicerçariam o seu poder, não na posse e competição pela terra, mas na capacidade de organizar a produção, a circulação e a manutenção de redes de troca de artefactos de bronze (ibidem: 47). Sendo esta posição já conhecida, a tónica está na explicação monocausal adoptada e numa certa aplicação de conceitos de influência marxista na descrição da organização social, ao preconizar que a especialização de algumas funções poderia ter levado a uma «divisão social do trabalho», onde a par dos chefes existiriam «metalurgistas», «comerciantes» e, eventualmente oleiros para manufactura de louça fina (ibidem: 48).

A. C. Silva et al (1993) consideram que durante o Bronze Final se verificaram importantes transformações económicas, como a generalização do sistema agro-silvo-pastoril, a exploração e fabrico de objectos de bronze e ouro e a existência de um modelo de povoamento hierarquizado, onde os povoados de altura, fortificados, controladores das bacias fluviais, da exploração e circulação dos recursos minerais e da terra, se associariam a «chefaturas militares». Embora coetâneos destes, os povoados abertos neste período encontravam-se já em declínio.

Para M. Calado (1993) apenas no Bronze Final se verificam grandes alterações de foro político, social e ideológico. Em termos sociais dá-se um aumento da complexificação e hierarquização social, onde elites guerreiras, eventualmente hereditárias, manteriam o poder com base em suportes religiosos. As estátuas-menires deste período, ou já da Idade do Ferro, representariam estas personagens importantes, como repositórios de memória a preservar. As elites caberiam decisões de foro político, militar, religioso, assim como o controlo dos excedentes de produção, dos recursos mineiros e do «comércio» (ibidem: 336-337). Esta interpretação do registo arqueológico passa pela existência de um novo sistema de povoamento hierarquizado e especializado onde não faltariam os povoados centrais, localizados em altura e os abertos, com profusão de fossas de armazenagem e ligados às actividades agro-pastoris (ibidem: 350). Para o autor o sistema económico não parece sofrer grandes alterações desde os inícios da Idade do Bronze, mas aceita a concepção da «Revolução dos Produtos Secundários» que, emergindo no Calcolítico, se desenvolveria com o uso do carro e do arado de forma mais sistemática no Bronze Final, provocando assim excedentes de produção e uma consequente especialização do trabalho (ibidem: 345).

Este autor repete de forma um pouco acrítica os modelos anteriores, distinguindo-se, contudo pela explicação das mutações segundo uma perspectiva neodifusionista, com recurso a movimentos populacionais (reposição da ideia de migrações dos povos dos «Campos de Urnas») e a intensos contactos com áreas atlânticas e mediterrânicas.

A explosão de sínteses sobre a Idade do Bronze, baseadas num fundo teórico similar e com recurso a dados já publicados, conduziram a uma tendência uniformizadora do discurso arqueológico para este período, sobretudo para os finais da Idade do Bronze, como acentuou S. Jorge (1995) ao discutir a «operacionalidade da actual investigação arqueológica portuguesa». Com pequenas nuances repete-se uma pré-história cujos principais intervenientes são «elites», «varões» «chefes», «vassalos» e senhores de «chefados», que comandam a partir dos seus «povoados centrais» uma «sociedade hierarquizada» afirmando-se socialmente pela ostentação de itens exóticos (armas, jóias, etc.) o que nos parece, em última análise, o resultado de uma importação acrítica de modelos forâneos, principalmente do de chefado.

Como acentua T. Hjørungdal (1995: 24) este modelo foi construído com base em estereótipos masculinos, como a pressunção de que as relações entre homem/mulher eram assimétricas e de que os artefactos pertenciam a géneros concretos. Assim, as armas, os objectos do domínio público ou associados a eventos da esfera social, seriam masculinos, enquanto que os achados da esfera doméstica, privada e invisível,

pertenceriam a elementos femininos. Temos pois a sensação de que a Idade do Bronze peninsular se encontra «submetida» a um tipo de narrativa masculina¹², elaborada por uma elite académica, com meios institucionais capazes de rapidamente divulgarem e afirmarem as suas ideias no contexto científico europeu. A visão masculina que parece dominar a arqueologia do Noroeste, deve-se, quanto a nós, ao facto de só muito recentemente as mulheres se dedicarem à investigação e à falta de interesse destas por questões epistemológicas ligadas a problemas feministas¹³.

É notória a especial atenção que a maioria dos autores dá ao conflito de interesses entre diferentes grupos sociais, gerado no desenvolvimento económico assimétrico, particularmente no Bronze Final, assim como aos mecanismos de ostentação e legitimação do poder, na explicação tanto dos padrões de povoamento, como no intercâmbio, numa perspectiva influenciada pelo materialismo histórico.

Os desajustamentos gerados na relação entre o crescimento populacional e os recursos aproveitáveis segundo tecnologias diversas, advogados pela arqueologia processual funcionalista, também são pontualmente invocados na explicação de fenómenos de mudança. Começa no entanto, a transparecer em algumas destas abordagens, um interesse pelos aspectos rituais e simbólicos das sociedades, numa perspectiva processual cognitiva e pela forma como as diferentes práticas sociais/rituais se inserem em mecanismos de legitimação do poder, numa abordagem próxima do neo-marxismo.

A importação, por vezes de modo um pouco acrítica, de modelos que, quando aplicados à arqueologia do Norte de Portugal, levou a interpretações, quicá desfazadas dos dados arqueológicos que pretensamente as sustentavam, decorre, segundo cremos, essencialmente da exiguidade de trabalhos teóricos na arqueologia portuguesa e do divórcio quase completo entre a Arqueologia e a Antropologia desta região.

2. A IDADE DO BRONZE DO NORTE DE PORTUGAL: ALGUMAS QUESTÕES

Feita uma sinopse crítica dos conhecimentos relativos à Idade do Bronze, onde referimos as diferentes posições teóricas assumidas até aos meados dos anos 90, pareceu-nos oportuno questionar algumas premissas orientadoras de diversos trabalhos e retomar algumas discussões, ainda em aberto.

2.1. Periodização e taxonomia

— Uma questão pertinente é a da validade de uma divisão tripartida para a Idade do Bronze do Norte de Portugal, ainda largamente aceite. Desde a sua adopção por J. Hatt

¹² Acerca desta problemática consultar L. Embree (1992: 41-50).

¹³ O papel das mulheres na arqueologia portuguesa encontra-se sistematizado num trabalho de V. Jorge & S. Jorge (1996b).

(1958; 1961)¹⁴ para a Idade do Bronze francesa foi importada para o Noroeste Peninsular, embora por vezes matizada com outras terminologias ou cronologias.

Uma exposição exaustiva dos variadíssimos esquemas cronológicos propostos para este período, bem como dos critérios que os corporizaram, seria demasiado fastidioso pelo que optámos por uma apresentação esquemática, em tabela anexa.

Nesta tabela verifica-se que a maioria dos investigadores têm dado grande relevância aos artefactos metálicos, em cobre, bronze ou ouro. Ora estes artefactos não representam mais do que um fenómeno de excepção, na panóplia de artefactos das comunidades que habitaram o Norte de Portugal, durante o que se convencionou designar por Idade do Bronze. O seu número, por muito impressionante que seja, é sempre escasso para os cerca de dois mil anos em que ela decorre e para uma área geográfica tão vasta. Destacamos ainda que a maioria dos achados metálicos usados como indicadores cronológicos foram encontrados descontextualizados¹⁵, pelo que a sua datação se efectuou com base em paralelos com outras regiões europeias, onde por sua vez, alguns destes objectos, também não se encontravam bem contextualizados cronológica e culturalmente.

Ainda em desfavor deste critério, lembramos que dado o peculiar carácter ritual ou de excepção que se lhe atribui, muitos destes artefactos tiveram uma longa pervivência, pelo que não poderão ser olhados como fósseis directores. É com certo espanto que vemos A. C. Silva et al (1993: 265) defenderem que os «...machados de talão são o produto mais característico do Bronze Final Atlântico do foco metalúrgico do Noroeste peninsular, de que justamente são considerados seu fóssil director».

Consideramos também importantes outras duas questões: a primeira, é de que a mudança tecnológica nem sempre atinge o todo social, pois os mecanismos de adopção das novidades processam-se de modo complexo, vertical e com temporalidades e significados distintos, dependentes de quem as adquire, mesmo dentro de uma região; a segunda relaciona-se com o facto de que a inovação tecnológica não implica necessariamente mudanças estruturais ao nível socio-económico e cultural.

As periodizações gerais são pois difíceis de estabelecer e de manter e mesmo que queiramos adoptar qualquer uma delas por comodidade científica, como signo discursivo mais facilmente inteligível ou como meio consciente de evitar uma discussão assaz incómoda, não podemos alhear-nos do seu carácter apenas classificativo, arrumador, e simultaneamente redutor.

Tendo em atenção as questões levantadas, conclui-se que a divisão tripartida da Idade do Bronze peninsular e em particular do Norte de Portugal, resulta de uma tradição histórica de fazer arqueologia, baseada no paradigma epistemológico de carácter evolucionista que, esquecendo frequentemente assimetrias de desenvolvimen-

¹⁴ Este autor defende um Bronze Antigo entre 1800-1500 a. C., um Bronze Médio entre 1500-1200 a. C. e um Bronze Final entre 1200-700 a. C. O último período foi ainda subdividido em Bronze Final I (1250-1150 a. C.), Bronze Final IIa (1150-1050 a. C.), Bronze Final IIb (1050-950 a. C.), Bronze Final IIIa (950-850 a. C.), Bronze Final IIIb (850-725 a. C.).

¹⁵ Como é permanentemente acentuado por alguns dos autores citados.

to, parte de uma homogeneidade material e cultural para cada fase cronológico-cultural estabelecida. Mesmo tendo consciência desses factos não é fácil libertarmo-nos do peso institucional que representam. A este propósito gostaríamos de referir A.C. Silva et al (1993: 241) que numa síntese sobre esta área admite a escassez de dados para efectuar uma sequência cultural consistente para este período, mas acaba por utilizar a divisão tripartida de inspiração francesa proposta por Hatt, subdividindo a última etapa, o Bronze Final, em duas fases, seguindo as propostas de S. Jorge (1990).

Admitimos que não dispomos de resposta para muitas das questões aqui levantadas, nem de dados arqueológicos para criar etapas de desenvolvimento dentro do período que se convencionou chamar de Idade do Bronze do Norte de Portugal. Como já defendemos em trabalhos anteriores (BETTENCOURT 1995a; 1995b; 1996), não nos parece operativa a adopção da terminologia de Bronze Inicial, Médio e Final, por considerarmos que o registo arqueológico para este período, sendo escasso e pontual, não permite, mesmo à macro-escala, generalizações minimamente úteis.

Como alternativa, alguns autores procuraram uma nova definição de etapas culturais, baseada em critérios de ordem social, económica, ideológica e ritual (MARTINS 1990; JORGE 1988c, 1990).

No entanto, a consciência de que esses processos se desenvolvem a diferentes temporalidades irá permitir, parece-nos, um enriquecimento nas abordagens e faseamentos deste período. Dependendo da perspectiva que cada autor assumir como mais adequada na abordagem das problemáticas já enunciadas (fenómenos de territorialização ou de intensificação económica, de artefactos intercambiados, de organização social, entre outras), ou de questionamentos novos, surgirão por certo vias interpretativas diferentes. É precisamente nesta permissa, a da legitimidade de que cada investigador poder criar, de forma metodologicamente sustentada, abordagens alternativas, que se alicerçará uma Pré-História pluralista.

2. 2. Povoamento, economia e organização social

Bronze Inicial

— São quase desconhecidos os povoados deste período e os que se têm inserido nesta etapa foram classificados com base em critérios crono-tipológicos, ou seja, em função da presença de cerâmica campaniforme (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1991; 1993:12; FABREGAS VALCARCE et al 1994: 152-154), por vezes de temática Ciempozuelos (JORGE 1988c: 89) e de vestígios de fundição do cobre (FABREGAS VALCARCE et al 1994: 152-154). Como excepção destacamos Castelo Velho e a 1ª fase da Bouça do Frade, datadas por radiocarbono (JORGE 1993; 1996).

Sem que tenhamos bases concretas para confirmar ou infirmar as classificações cronológico-culturais dos povoados, apenas queremos lembrar a fragilidade da utilização como critério de periodização da cerâmica campaniforme. Actualmente a comunidade científica discute as balizas cronológicas desta cerâmica, que eventualmente terá sido utilizada desde o 2º quartel/meados do III milénio AC até fases avançadas do II milénio

AC (GONZALEZ MARCEN et alii 1992; BOAST 1994 em MENDEZ FERNANDEZ 1994¹⁶; SANCHES 1995:157; 1997¹⁷). A presunção de que o «estilo» Ciempozuelos seria mais recente do que o marítimo e o pontilhado geométrico, passa a ser questionável quando estes ocorrem, em simultâneo, em sepulcros, povoados e abrigos do Norte de Portugal.

Em relação ao contexto tumular tomamos como exemplo a mamoa 1 da Chã do Carvalhal (Baião) onde apareceram os três tipos de estilos, num monumento aparentemente com ocupação sincrónica (CRUZ 1992). Em contextos domésticos caracteristicamente Calcolíticos, a cerâmica campaniforme já está presente. Detecta-se no povoado da Pastoria (Chaves) e no Crasto de Palheiros (Murça), este último integrando uma grande quantidade de recipientes de tipo marítimo e de Palmela/Ciempozuelos em simultâneo, inseríveis na 2ª metade do III milénio AC (SANCHES 1997).

Por outro lado, a cerâmica campaniforme (nos seus vários estilos, variantes e «imitações») parece assumir diferentes significados relativos ao contexto específico em que é utilizada. Assim, se entendermos estas cerâmicas como itens de valor, elas poderão ocorrer em comunidades com diferentes níveis socio-económicos, tecnológicos e culturais, que a poderão ter «assimilado» em diferentes cronologias e respondendo a distintas polissemias (SANCHES 1995b). Trata-se assim de objectos relativamente raros cujo valor social, ao necessitar de particular investigação, desautoriza, por ora, a sua utilização como elemento de datação.

A metalurgia do cobre também não pode constituir indicador cronológico dos inícios da Idade do Bronze pois as técnicas primitivas de produção metalúrgica não deixaram resíduos num grande número de casos e uma metalurgia artesanal do cobre (e mesmo do ouro), encontra-se documentada, através de cadinhos, alcaravizes, moldes e resíduos de cobre em vários povoados Calcolíticos do Norte de Portugal (SANCHES 1997)¹⁸.

¹⁶ Este autor encontrou níveis com cerâmica campaniforme no povoado da A Lagoa, em contextos de 3030±50 BP e 3140±70 BP, bem como outros de 3900±70 BP e 3800±30BP.

¹⁷ Esta investigadora detectou no abrigo/armazém do Buraco da Pala, Mirandela, «imitações» de formas e decorações campaniformes dos «estilos» marítimo e Ciempozuelos, em contextos do 2º quartel do III milénio AC (entre 2800 e 2500). Tendo tal facto em consideração parece possível admitir que o campaniforme Ciempozuelos remonte, pelo menos, a este momento cronológico.

¹⁸ Destacamos como exemplos os povoados da Vinha da Soutilha, Pastoria II e S. Lourenço, todas da região de Chaves, o Crasto de Palheiros II, Murça e o abrigo do Buraco da Pala, Mirandela. Em reforço da hipótese da impossibilidade de utilizar artefactos de cobre como indicadores cronológicos referimos aqui as análises, por fluorescência de raios X, em 17 objectos de cobre (punções, varetas, cinzéis, machados, punhais), a par de cadinhos, provenientes de vários povoados da Submeseta Norte, inseríveis por radiocarbono entre c. de 3000 e 1800 AC, o que permite demonstrar uma grande homogeneidade tecnológica e formal de todas as peças (DELIBES et al 1996). Também os conteúdos de arsénio — que variam entre 0,94% e 5% —, apresentam, tal como outros contextos peninsulares coevos, uma total falta de regularidade, sendo esta característica atribuída à composição polimetálica dos minerais. É de acentuar ainda que alguns destes povoados se poderiam inserir cronológica e artefactualmente já no Bronze Inicial.

— Todos os povoados atribuídos ao Bronze Inicial com estruturas percíveis e localizados em zonas sem defesas naturais representariam um tipo de economia não sedentária, provavelmente associada ao desconhecimento de práticas de rotação agrícola, entre cereais e leguminosas, e à inexistência de técnicas de estrumagem adequadas às necessidades (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1990,1991, 1993:12; FABREGAS VALCARCE et al 1994: 152-154). Esta hipótese foi importada directamente de modelos explicativos dos contextos cronologicamente semelhantes do Sul de Inglaterra, pelo que a sua transposição para o Noroeste é perigosa e, de certo modo, parece esquecer as tradições culturais e económicas vigentes na região, em períodos anteriores. Mas é em relação à caracterização da organização agrícola que colocamos um maior número de reservas. Se numa perspectiva de desenvolvimento assimétrico, a inexistência de uma agricultura rotativa se pode considerar para algumas zonas do Norte de Portugal, não podemos generalizar este padrão a toda uma região marcada pela acentuada compartimentação ecológica.

Os dados de que dispomos para o Calcolítico Final e inícios da Idade do Bronze do Norte de Portugal indiciam já o conhecimento de uma policultura. Se a ausência da fava ou de outras leguminosas é tomada como argumento circunstancial da inexistência de uma agricultura bem implantada, haverá que lembrar que a articulação entre cereais e várias leguminosas é peremptoriamente documentada no armazém/celeiro do Buraco da Pala (Mirandela). Ali tanto o volume de armazenamento do trigo, da cevada, da fava, e mesmo da bolota, indiciam, não só, um eficaz conhecimento das técnicas de cultivo na 1ª metade do III milénio AC, como traduzem uma planificação económica, baseada na agricultura, na criação de gado e na recolocação (SANCHES et alii 1993; SANCHES 1995). Em favor desta argumentação, na mesma região da zona central de Trás-os-Montes, o Crasto de Palheiros II (datado da 2ª metade do III milénio AC) (SANCHES 1996b) mostra também uma valorização da economia agro-pastoril, que associa cereais, fava, ervilha, bolota, Brassicas, com a criação de ovídeos ou caprídeos e de bois. Favas e Brassicas foram igualmente conhecidas na 1ª metade do II milénio AC num povoado da zona litoral, o povoado da Sola (Braga), onde há evidências palinológicas de uma agricultura cerealífera. Por outro lado, parece-nos que a sedentarização e/ou intensificação económica não pode ser inferida pela presença ou ausência de favas, bois, ou povoados com estruturas pétreas, mas sim pela conjugação específica entre vários documentos arqueológicos que, em áreas geográficas e períodos concretos, se associam por forma a delinear um quadro de apropriação/marcação-circunscrição/territorial, habitualmente decorrente de investimentos sociais de longa duração. Já começa a ser habitual a afirmação de que importará menos o que é produzido do que as condições e «modos de produção». Se nos centrarmos no nexo das «relações de produção», então, como arqueólogos, teremos de construir uma abordagem relacional que articule os sítios domésticos e rituais, as paisagens, as construções arquitectónicas (na sua complexidade, dimensão e localização topográfica) e o conjunto de todas as actividades visíveis numa ou mais imagens de vivências sociais, económicas e políticas (SANCHES 1997).

Ainda que com documentos provenientes de zonas ecológicas distintas, pelo menos nalgumas regiões, e, provavelmente em graus distintos, parece notar-se uma paulatina

intensificação económica de base agro-pastoril. Assim, o modelo proposto por aqueles autores deverá ser visto em função de cada contexto específico.

— Os túmulos com espólio exótico (metálico ou cerâmico-campaniforme) e os depósitos em ouro, são explicados pela existência de uma sociedade com elites masculinas (JORGE 1988c:) inseridas em mecanismos de intercâmbios com outras elites da fachada atlântica, através dos quais circulariam objectos, conhecimentos e informações (JORGE 1988, 1990; RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1990,1991, 1993:12; FABREGAS VALCARCE et al 1994: 152-154). As questões relacionadas com a estrutura social foram solucionadas tentando ajustar ao Noroeste e ao Norte de Portugal um modelo importado, de carácter masculino, baseando-se em escassíssimas tumulações cuja integração cronológica e cultural permanece hoje em discussão. Cabe referir também que só após a correlação com outros documentos arqueológicos oriundos de contextos diversos, será possível perceber o significado social e o género específico dos inumados atendendo à ausência sistemática de ossadas no Norte de Portugal.

Bronze Médio

— É comum dizer-se que este período representa uma fase de retracção económica e provavelmente demográfica dado a pretensa ausência de povoados, tumulações e cultura material, com excepção de alguns artefactos metálicos (COFFYN 1985; RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1984a: 484; 1984b, 1990, 1991, 1993; CALADO 1993: 329-330, 350; FABREGAS VALCARCE et al 1994: 153). Tem-se atribuído esta retracção à existência de uma agricultura não rotativa entre leguminosas e cereais com consequente esgotamento dos solos (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1991; 1993:12; FABREGAS VALCARCE et al 1994). Valorizando os artefactos metálicos, as gravuras rupestres e os depósitos, S. Jorge (1988c: 92-95, 1990:228-231) adopta uma leitura socio-económica contrária à dos investigadores anteriores embora assumida igualmente a raridade de expressões tumulares ou de povoados conhecidos durante este período, o que explica, actualmente pela falta de programas de prospecção orientados especificamente para a detecção de povoados e enterramentos em diversas topografias e ecossistemas (JORGE 1996). Posições semelhantes foram adoptadas por R. Fábregas Valcarce (1995) e por Fábregas Valcarce e R. Bradley (1995) quer em relação à problemática da pobreza do registo arqueológico, quer por se terem afastado da hipótese da recessão económica.

Em relação à pretensa escassez de povoados e de túmulos, partilhamos a opinião destes últimos autores, mas gostaríamos de acentuar que tal facto depende mais do foro metodológico do que do arqueológico. Parece estar ainda implícita a ideia de que o registo arqueográfico deste período deveria ser substancialmente diferente do do Bronze Final, para o qual se possuem algumas tabelas de formas cerâmicas bem contextualizadas e datadas por radiocarbono. Provavelmente, por este motivo, todas as cerâmicas manuais, predominantemente lisas e de pasta arenosa, encontradas em prospecções arqueológicas, em contexto de possíveis povoados, têm sido imediatamente atribuídas aos finais da Idade do Bronze. Com base em novas investigações (BETTENCOURT 1991/1992; JORGE 1993: 188; MURALHA 1996: 41-65; BOTELHO

1996: 60-65 e est. 76-79)¹⁹ verificou-se que as características genéricas da olaria parecem ter sobrevivido desde o II até aos inícios do I milénio AC, existindo, todavia, nuances que só o estudo de conjuntos representativos de cerâmicas poderão determinar. Deste modo, a análise do espólio recolhido em prospeções não nos parece determinante para atribuir, por comparação, determinado povoado aos finais da Idade do Bronze (BETTENCOURT 1993/94: 253). Põe-se assim a questão de sabermos até que ponto muitos dos povoados atribuídos ao Bronze Final do Norte de Portugal (mais de duas dezenas), corresponderão de facto a este período e não a fases anteriores. Na mesma ordem de ideias, cabe igualmente perguntar se muitos povoados com cerâmicas de tipo «Cogeces-Cogotas I» identificados no Norte de Portugal (JORGE 1988b: 71; 1993; MARTINS 1985; LEMOS 1993: 172; 1996: 147) não poderão incluir-se neste período, como defendemos recentemente (BETTENCOURT 1995a).

Uma possível resposta a esta questão passará certamente por projectos de investigação sistemática que privilegiem a utilização de métodos diversos de prospeção intensiva em áreas aparentemente vazias de povoamento, assim como de escavação de estações entretanto identificadas. Quanto ao problema do suposto desconhecimento de uma agricultura rotativa com recurso às leguminosas o que foi referido a propósito do Bronze Inicial, aplica-se a esta fase e desaconselha a generalização desta ideia.

Bronze Final

As sínteses mais recentes sobre este período baseiam-se em pressupostos que, embora divirjam pontualmente, contêm muitos aspectos em comum.

— O primeiro, de foro socio-económico, assume a existência de chefes, vivendo em povoados fortificados e de sistemas políticos, por vezes próximos do «chefado». As elites assentariam o seu poder no controlo e posse da terra, na exploração, produção e circulação de matéria-prima ou de artefactos metálicos a nível regional e/ou supra-regional (MARTINS 1990, 1993/1994, 1996; JORGE 1988c, 1990, 1991; RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1990, 1991, 1993; ALARCÃO 1992; FABIÃO 1992; VILAÇA 1992; SILVA et al 1993; CALADO 1993). Parte-se do princípio de que itens exóticos (metálicos) e povoados fortificados reflectiriam quase sempre um povoamento, uma sociedade e a uma economia, hierarquizadas. Estas premissas foram fortemente criticadas por J. D. Hill (1996: 49) que ao analisar a Idade do Ferro do Sul da Inglaterra, e ao defender, no seguimento de outros autores, que o poder deveria estar muito mais ligado às pessoas do que a locais específicos, preconiza, como alternativa para este período e para a Idade do Bronze, estudos de maior interacção entre aspectos sociais e espaciais, uma maior contextualização dos dados e um esforço para inferir aspectos simbólicos, versus funcionais, no registo arqueológico. De facto, a leitura dos achados metálicos e das manifestações de fortificação têm sido feitas privilegiando sempre os aspectos económicos e funcionais das sociedades, quando na verdade elas poderão ser passíveis de ter outras interpretações, sob pena de se tornarem extremamente limitativas do conhecimento destas sociedades.

¹⁹ As três últimas obras referem-se a estudos sobre as cerâmicas de Castelo Velho.

— A segunda premissa que gostaríamos de abordar é a de que os povoados alcantilados e fortificados surgiram na 1ª metade do I milénio a.C. (MARTINS 1990; JORGE 1988c, 1990; RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1990, 1991; ALARCÃO 1992, 1996; FABIÃO 1992; FABREGAS VALCARCE et al 1994) e de que os últimos se parecem generalizar neste período (MARTINS 1990). Estudos recentes no Norte de Portugal, têm demonstrado que os povoados fortificados, ou somente alcantilados, podem remontar ao Calcolítico e perdurar pelos inícios da Idade do Bronze (JORGE 1996) ou pelo II milénio AC. Como exemplo podemos referir o Castro da Sola I, Braga (BETTENCOURT 1991/1992), o Castro de Palheiros II e III, Murça (SANCHES 1996), Castelo de Aguiar, Vila Pouca de Aguiar (JORGE 1985), Castelo Velho, Vila Nova de Foz Côa (JORGE 1993). A generalização de povoados fortificados nos finais da Idade do Bronze, parece não se confirmar, como acentuou S. Jorge (JORGE 1995; 1996: 205), e tem vindo a ser comprovado por alguns dos nossos trabalhos (Santinha, Amares e Crasto de Palheiros III, por exemplo). Sumariando são poucos os povoados deste período onde se poderá reconhecer este fenómeno de forma indiscutível: Coto da Pena, Caminha (SILVA 1986); S. Julião, Vila Verde (MARTINS 1988), eventualmente Stª Ana, Chaves (SANTOS 1995) e S. Juzenda, Mirandela (HOCK 1980). De facto, aquilo que nos parece realmente importante não é apenas a presença ou ausência de fortificações, mas perceber a natureza das actividades presente ou ausente nos mais diversos tipos de povoados (fortificados, alcantilados ou «abertos» em zonas topográficas pouco dominantes); estabelecer conexões intra-regionais, entre os povoados e outros testemunhos arqueológicos (depósitos, estátuas-menires, necrópoles, enterramentos isolados, gravuras rupestres, expressões megalíticas), bem como a relação do todo com as vias de circulação e os diferentes ecossistemas. Pretende-se assim descortinar as eventuais motivações que terão conduzido à fortificação nuns locais em detrimento doutros, bem como apreender melhor a grande diversidade de padrões de povoamento que parecem estar presentes durante este período, facto já anunciado em 1995 (BETTENCOURT 1995a). As dimensões e a complexidade arquitectónica dos povoados «fortificados» dos inícios do I milénio AC, também serão factores a ter em consideração, pois é possível que diferentes graus de «monumentalização» impliquem, também, uma concepção territorial diferenciada.

— M. Ruíz-Gálvez Priego (1987, 1990, 1991, 1993), C. Fabião (1992) e R. Fábregas Valcarce & M. Ruíz-Gálvez Priego (1994) têm vindo a afirmar que os povoados em paisagem aberta, com estruturas construtivas feitas com materiais perecíveis se deverão associar a um modo de vida itinerante, instável ou sazonal, relacionados com uma economia de base agrícola pouco desenvolvida. Muito embora não descartemos a hipótese de alguns sistemas de povoamento do Bronze Final poderem integrar povoados de frequência sazonal, não encaramos, como regra, que todos aqueles com estruturas perecíveis em paisagem aberta se adequem ao modelo proposto. Para tal basta-nos pensar na quantidade apreciável de leguminosas (favas) concomitantes com diversos cereais (trigo e cevada) no povoado da Lavra, Marco de Canavezes, associados a grande quantidade de artefactos metálicos (SANCHES 1995a) para pôr em causa esta generalização que tem, também como pressuposto que as construções de materiais

perceíveis seriam «menos nobres» se localizadas em locais de menor visibilidade. Tal como S. Jorge (1996: 205) pensamos que a associação entre invisibilidade e mobilidade social não deverá ser tão linear, nem que se deva pensar em termos da equação - ocupação permanente de um local = a exploração de um território de forma organizada e permanente. Ainda subscrevendo aquela autora defendemos que «The 'permanent' occupation of a given territory cannot be checked by the durability of some domestic structures only, or their continuous use. It is verified by the correlation of several variables, such as economic intensification and specialization» (ibidem: 205). Cabe assim questionar a leitura puramente funcionalista e economicista para locais, que desempenharam na paisagem onde se inserem, um papel certamente polissémico, que só poderá ser apreendido através de estudos que contemplem múltiplas variáveis.

— Em relação à cultura material é usual dizer-se que a última fase do Bronze Final, já nos inícios do 1º milénio a.C., se caracteriza por um aumento e maior diversidade formal de objectos de bronze e por um incremento do intercâmbio supra-regional (MONTEAGUDO 1977, 1981; RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1984: 212-214; 1993: 13; COFFYN 1985:16-21, 1987: 261; ALMAGRO GORBEA 1986; SILVA 1986: 9-42; JORGE 1988c, 1990; FABIÃO 1992; SILVA et alii 1992: 40-41, 1993: 246, 251; VILAÇA 1992: 77; COFFYN et al 1993; ALARCÃO 1996: 18; MARTINS 1996: 122). Tais pressupostos alicerçam-se em poucos objectos contextualizados pelo que deverão ser encarados com algumas reservas. Os últimos trabalhos efectuados em diversos povoados do país como em Pontes de Marchil, Faro (MONTEIRO et alii 1980; SOARES et al 1995), Monte Fadre, Penamacor (VILAÇA 1995), Cabeço do Castro de S. Romão, Seia (SENNA-MARTINEZ 1989) e muito provavelmente no Coto da Pena, Caminha (SILVA 1986; SENNA-MARTINEZ 1995), têm demonstrado um grande número e variedade de objectos metálicos já no último quartel do II milénio AC. Tal facto parece pôr em causa o pretendo incremento do intercâmbio supra-regional apenas no I milénio AC, na eventualidade de que a metalurgia possa, por si só, explicar tal fenómeno. A descontextualização da maioria dos artefactos metálicos do Noroeste obriga à prudência pois, se muitos poderão ser incluídos no II milénio AC, outros poderão ser já expressão dos inícios da Idade do Ferro.

— A existência de artefactos metálicos de bronze, subdividíveis em objectos de prestígio e de «uso comum», «agrícola» ou «quotidiano» (VILAÇA 1992: 77; SILVA et al 1993: 265; MARTINS 1993/1994: nota 20) é outra premissa usual. Apesar de muito valorizados na caracterização deste período, estes artefactos constituem sempre uma manifestação material extremamente rara face ao conjunto de artefactos conhecidos. Assim interrogamo-nos se eles não serão sempre objectos de prestígio, não utilizados pelos efectivos populacionais nas suas tarefas diárias. O seu uso deveria restringir-se a cerimónias rituais de âmbito alargado, pelo que o seu significado parece-nos mais do foro simbólico. Nem mesmo os machados de talão de dois anéis (se é que pertencem na sua totalidade aos finais da Idade do Bronze) se poderão encarar como utensílios de uso comum. A sua composição química, com teores de chumbo muito elevados,

torná-los-ia pouco funcionais, para o abate e corte de árvores (MALUQUER DE MOTES 1975), como armas (VAZQUEZ VARELA 1995) ou como enxadas.

2.3. Questões de âmbito ritual e simbólico: as gravuras rupestres «galaico-portuguesas» e as expressões funerárias da Idade do Bronze

Gravuras rupestres «galaico-portuguesas» ou arte do Noroeste peninsular

Aspecto de capital importância no estudo do povoamento da Idade do Bronze do Noroeste, é a inserção cronológica-cultural da arte rupestre desta região peninsular, que é aquela que tem sido sistematicamente associada ao período que estamos a tratar.

O estudo destas manifestações, frequentes na orla mais litoral do Noroeste Peninsular, tem vindo a ser efectuado, até datas muito recentes, quase sempre em termos de inventariação cartográfica, de descrição técnica e temática e de estudos de «estratigrafia», para determinação de fases evolutivas. Só a partir de meados dos anos 90, se tem encetado trabalhos que procuram relacionar esta forma de expressão com outros tipos de manifestações arqueológicas e com topografias e ecossistemas específicas, na tentativa de compreender o(s) seu(s) significado(s) no âmbito das comunidades em que se inserem. Contudo, os resultados, fundamentalmente prospectivos, dizem respeito a algumas áreas da Galiza.

Na cronologia, alguns autores admitem um «ciclo longo» que iria: ou do Epipaleolítico até aos finais da Idade do Ferro (ANATI 1968); ou do Neolítico até à Idade do Ferro (SANTOS JUNIOR 1940); ou ainda dos finais do Calcolítico até aos inícios da Idade do Ferro (OBERMAIER 1925; SOBRINO LORENZO-RUZA 1955; V. JORGE 1983, 1986; BAPTISTA 1986; SILVA et al 1993; VAZQUEZ VARELA 1995²⁰, entre outros). Para tal atendem à diversidade de motivos, à comparação destes com outras representações gráficas (rupestres ou megalíticas), ou com artefactos exumados em contextos arqueológicos diversos. Outros investigadores admitem uma cronologia mais curta, localizada simplesmente nos finais do Calcolítico, inícios da Idade do Bronze (PEÑA SANTOS et al 1993; COSTAS GOBERNA et al 1993; PEÑA SANTOS et alii 1996²¹), ou eventualmente no Bronze Antigo (BAPTISTA 1995). Os autores que optaram por esta cronologia, em particular A. Peña Santos et al (1993) e A. Peña Santos et alii (1996), fizeram-no com base nos seguintes critérios: o tipo de armas representadas nas gravuras (alabardas, punhais e espadas curtas); a presença de ídolos-cilíndricos; a existência de povoados deste período nas proximidades das gravuras e ainda na semelhança formal e/ou estilística com alguns motivos geométricos e/ou abstractos existentes nos monumentos megalíticos.

²⁰ Apesar deste artigo ter sido publicado em 1995 ele corresponde a uma comunicação proferida em 1993, no âmbito do Iº Congresso Peninsular de Arqueologia.

²¹ Estes autores admitem, no entanto, que as covinhas possam ter uma cronologia mais lata.

Ainda a propósito da cronologia cabe destacar, as posições de R. Bradley (1994) e de R. Bradley et alii (1998) de que muitos lugares com arte rupestre, devido ao seu carácter aberto (exposição, em diferentes graus na paisagem) e durável (dificuldades de remoção) estão largamente sujeitos a «reutilizações» e «reinterpretações» ao longo do tempo, ou seja à integração em cosmogonias ou universos conceptuais de comunidades assaz diferentes. Subjaz à ideia anterior o facto de muitos rochedos com arte se terem originado em pontos nodais do território, locais já carregados de memória, que marcariam «lugares» ou percursos estruturantes das paisagens (na aceção de territórios). A presença de outras marcas ou desenhos mais recentes em rochas anteriormente gravadas (covinhas, algumas «pegadas» ou cruces medievais, por exemplo) indicaria uma recuperação de lugares antigos por novas populações, conceptualmente diferentes. Se numas situações este facto decorre do puro acaso, noutras parece indicar que os mesmos tipos de recursos naturais (pastagens, terra arável e mesmo vias de passagem de diversa índole), podem ter tido papel similar no padrão de ocupação do território, ou no estabelecimento de direitos territoriais, em diversas épocas. Certos lugares ou percursos seriam assim objecto de marcação física em períodos pré-históricos e históricos distintos (BRADLEY et alii: 1998).

Em Portugal, na província do Minho, têm-se feito levantamentos pontuais, na sua maioria não publicados na íntegra. Nos trabalhos que efectuou, A. M. Baptista (1986) tem posto a tónica na análise endógena das gravuras, isto é, na procura de uma relação específica entre os diferentes tipos de motivos (e técnica de gravação) e a posição que aqueles ocupam na superfície da rocha, por forma a discernir composições primárias (em princípio programadas como uma unidade gráfica e simbólica), de adições posteriores. Destacamos que foi este tipo de abordagem estruturalista, que lhe permitiu distinguir, ainda que grosseiramente, como ele próprio admite (BAPTISTA 1995), dois grupos de arte no Norte de Portugal: o grupo I, de distribuição mais litoral (que corresponderia à arte normalmente associada à fachada atlântica) e o grupo II, com maior incidência no interior, em particular em Trás-os-Montes. Nesta última região, surgem manifestações artísticas compositiva e estilisticamente menos standardizadas, que utilizam diversas técnicas de gravação. Em termos metodológicos, é de realçar o facto de em Trás-os-Montes, alguns locais contíguos a arte de várias épocas, terem sido sujeitos a escavação, a qual foi aliada, noutros, a uma prospeccção intensiva e sistemática. Os resultados obtidos tanto na serra de Passos/St^a Comba (Mirandela), como nas Fragas da Lapa (Miranda do Douro) (SANCHES 1997), são ainda limitados, pois a investigação de campo é sempre morosa e muito dispendiosa. No entanto, são já suficientemente elucidativos da necessidade de se continuar a proceder a trabalhos arqueológicos rigorosos, sob pena de os resultados nunca se poderem vir a aproximar das questões fulcrais que repetidamente enunciámos.

Recentemente, na Galiza, embora não isenta de preocupações cronológicas, o eixo da problemática das gravuras esquemáticas do Noroeste deslocou-se também para estudos apoiados no xamanismo (PEÑA SANTOS et alii 1996) e na Arqueologia da Paisagem (PEÑA SANTOS et al 1993; BRADLEY et alii 1994a; 1994b).

As premissas que nortearam a investigação de R. Bradley et alii (1994a; 1994b) assentam em alguns princípios da Antropologia, que tem vindo a ser expostos desde os inícios da década de noventa (BRADLEY 1991; 1994) e que sintetizaremos de seguida. A arte pode ser assumida como um meio de apropriação conceptual do «mundo selvagem», tanto em sociedades de caçadores-recolectores (mais próximas da natureza), como em comunidades produtoras (mais próximas da «cultura»), porque transformadoras. Em ambos estes «tipos genéricos» de sociedades, a realização de arte rupestre, em certos lugares, não implica normalmente, alterações físicas substanciais nesses locais, ou seja não os transforma em «monumentos» ou construções arquitectónicas propriamente ditas, mas destaca-os em maior ou menor grau do mundo selvagem, por meio da criação de marcos culturais em afloramentos naturais (BRADLEY 1994). As rochas gravadas, articuladas ou não com monumentos, estariam no cerne da criação de uma ou mais redes de locais significantes para as comunidades em questão. Uma das funções destes lugares ligar-se-ia à apropriação territorial, evidenciada de modo explícito, através do estabelecimento de direitos de uso de ecossistemas variados no contexto de grupos com economias parcial ou totalmente móveis (BRADLEY et alii 1994b). Os locais com arte marcariam assim, áreas, percursos ou zonas com recursos específicos no território, materializando, deste modo, mensagens codificadas, reconhecidas por indivíduos ou populações que poderiam não se encontrar fisicamente²².

Foi aplicando este pressuposto ao estudo de alguns conjuntos rupestres galegos que R. Bradley et alii (1994a; 1994b) concluíram que os petróglifos, particularmente os que contêm motivos menos elaborados (covinhas ou figuras geométricas simples), teriam sido usados, nalguns casos, para delimitar tanto as áreas ecologicamente mais produtivas (brañas ou bacias de montanha, húmidas e ricas em pastagem), como locais de trânsito entre ecossistemas diferentes, num contexto de exploração territorial de tipo extensivo²³. Por vezes, como em Rianxo, as representações de cervídeos parecem indicar o percurso migratório daqueles animais (entre a costa e as terras altas do interior).

As rochas gravadas com armas (essencialmente alabardas e punhais), minoritárias, localizam-se em pontos dominantes na paisagem com amplas panorâmicas (PEÑA SANTOS et al 1993; BRADLEY et alii 1994a). Segundo R. Fábregas Valcarce e R. Bradley (1995) estes casos reforçariam a ideia de que os artefactos metálicos (também presentes em depósitos, túmulos e povoados) seriam socialmente importantes na transição do III para o II milénio AC. Mas o seu aparecimento diferenciado pressupõe a existência de normas, que regulamentariam a presença, a ausência ou a combinatoria de certos «tipos» metálicos, nos depósitos, nos túmulos e nas gravuras rupestres, factor a ter em conta no estudo da arte rupestre galega (BRADLEY et alii 1994b; FABREGAS VALCARCE et al 1995).

²² Os subscritores destas hipóteses não deixam de reconhecer que esta é apenas uma das muitas abordagens possíveis para o estudo da arte rupestre.

²³ O grau de «apropriação visual» dos locais das gravuras, conferido pela topografia e morfologia dos rochedos, pode variar bastante de acordo com situações concretas. Neste caso, a exploração territorial de tipo extensivo refere-se à importância da caça e da recolheção, em sociedades onde não se exclui a agricultura.

Em suma o que gostaríamos de salientar é que apesar do estado embrionário das pesquisas no Norte de Portugal e na Galiza, ambos os tipos de abordagem (endótica, xamânica, espacial) se apresentam como fundamentais e complementares, embora não descuremos o papel das escavações em áreas contíguas às rochas gravadas, como uma forma complementar e necessária de aceder a um mais completo entendimento do seu papel na Pré-História.

Também nos parece de referir que no caso das análises de âmbito espacial, haverá que lembrar um princípio elementar: se queremos discernir até que ponto os rochedos gravados se constituíram como lugares estruturantes dos territórios conceptuais das populações pré-históricas, a definição dos territórios terá de se apoiar, simultaneamente, no estudo específico de todo o tipo de testemunhos deixados por essas comunidades.

Creemos também que as hipóteses avançadas por R. Bradley et alii (1994a; 1994b) para a Galiza seguem de muito perto as defendidas para a arte esquemática da Irlanda e Inglaterra (BRADLEY 1994; 1996), pelo que a sua aplicação ao Noroeste, se bem que extremamente útil e a ter em conta, não ultrapassou suficientemente o patamar da sugestão empírica.

Se naquela região muito há ainda a fazer, no Norte de Portugal, onde os estudos se encontram ainda em fase embrionária, torna-se absolutamente necessário que se procurem alicerçar e testar estes modelos forâneos na base documental que eles próprios exigem.

O fenómeno funerário

Nas sínteses que abordam o fenómeno tumular durante a Idade do Bronze do Noroeste, é comum encontrarmos expressa a ideia de que o Bronze Inicial se caracterizaria por grande abundância de tumulações e de que o Bronze Médio e Final se pautaria pela escassez ou inexistência de sepulcros.

A análise das ideias expressas em diferentes obras, permite-nos sintetizar os pressupostos em que assentam estas ilações.

— Em relação ao Bronze Inicial é um facto adquirido que as manifestações funerárias se caracterizam pela existência de um ritual de inumação individual; diversos tipos de sepulturas sem espólio, ou contendo objectos metálicos em ouro, prata e cobre (arsenical) ou simplesmente vasos cerâmicos. Os diversos tipos de tumulação identificados com esta fase são as cistas ou estruturas cistóides com ou sem tumulus (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1979, 1984a, 1984b; JORGE 1988c, 1990), os «caims» (V. JORGE 1982, 1992; S. JORGE 1888c, 1990), alguns momunentos megalíticos e eventuais fossas (FABREGAS VALCARCE 1995:105-108²⁴).

A unidade cronológica desta diversidade sepulcral seria conferida pelo espólio, principalmente pela presença de determinados objectos ou associações de objectos que

²⁴ Nesta obra pode encontrar-se uma síntese das várias expressões arquitectónicas, rituais e artefactuais associadas ao fenómeno tumular deste período.

têm vindo a ser encarados como verdadeiros «fósseis directores» deste período. Encontram-se neste caso os vasos de tipo «Taraio», objectos metálicos em cobre que se supunham arsenicais (punhais longos de lingueta), em ouro e prata (gargantilhas de tiras, espirais), associados à ausência de cerâmica campaniforme.

Tendo em atenção os dados de investigações recentes em que apenas alguns objectos, como as espirais de prata e alguns vasos tronco-cónicos foram datados pelo radiocarbono, acusando cronologias desde o III aos meados do II milénio AC (V. JORGE et alii 1988; S. JORGE 1983; 1985), a atribuição cronológica e cultural de muitos destes monumentos através das comparações tipológicas é de questionar.

A cronologia dos vasos de tipo «Taraio» é também muito discutível pois trabalhos recentes demonstram que esta forma cerâmica, extremamente simples e de pastas variadas, é comum desde a 1ª metade do II à 1ª metade do I milénio AC (BETTENCOURT 1996).

A presunção de que os punhais longos de lingueta eram tecnologicamente mais evoluídos do que os curtos, e portanto já dos inícios da Idade do Bronze, não pode continuar a sustentar-se face aos resultados das análises de composição química efectuadas em ambos os tipos de artefactos por B. Comendador Rey (1996), pois não se distinguem nem na composição, nem na tecnologia de fabrico.

Tendo em atenção estes dados parece urgente uma revisão do universo sepulcral frequentemente atribuído aos inícios da Idade do Bronze do Norte de Portugal.

— Para o Bronze Médio e Final alguns autores realçam a ausência de dados explicando-os por factores culturais relacionados com eventuais práticas rituais pouco propícias a deixarem vestígios evidentes. Para M. Ruíz-Gálvez Priego (1987: 252, 286, 1991: 282) e A. Bélen et alii (1991: 229, 252) o fenómeno funerário durante estas etapas caracteriza-se pela inexistência de tumulações visíveis ou convencionais, com hipotéticos rituais funerários nas águas, cujo testemunho seria dado pelas armas encontradas nos rios e estuários (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1991; 1993: 14), embora R. Fábregas Valcarce (1993b:85) e R. Fábregas Valcarce et al (1995) não excluam a coexistência de tumulações na água e em terra.

A escassez de documentos arqueológicos para estes dois períodos poderá ser atribuível a uma deficiência na investigação. Na tentativa de preencherem este vazio, alguns autores defenderam a continuidade de enterramento em monumentos de tradição megalítica ou «paramegalítica», ao longo do Bronze Médio e eventualmente do Bronze Final (FABREGAS VALCARCE 1993a, 1993b, 1995; VAQUERO LASTRES 1993; FABREGAS VALCARCE et al 1994, 1995). Para a transição Bronze Médio/Final e Bronze Final têm-se atribuído expressões funerárias contendo vasos de largo bordo horizontal (cistas de inumação individual, reutilização de monumentos com tumulus ou de tradição megalítica) (JORGE 1988c: 98, 1990: 245-246, 1996: 202-203; FABIÃO 1992; SILVA et al 1993: 257; FABREGAS VALCARCE et al 1994: 152) e eventuais sepulturas em fossas associadas ao ritual de incineração (SILVA et al 1993: 257). A este período atribuem-se também a necrópole do Tapado da Caldeira (Baíão), de sepulturas planas abertas no saibro, também de inumação individual e com espólio

exclusivamente cerâmico (JORGE 1988c; 1990, 1996: 202-203; FABIÃO 1992; SILVA et al 1993: 256, ALARCÃO 1996:15) e o enterramento em gruta (SILVA et al 1993: 258²⁵).

Novas datas de radiocarbono obtidas para vasos de largo bordo horizontal, ampliando as balizas cronológicas destes recipientes para momentos entre o 2º quartel do II milénio e o 1º quartel do I milénio AC, permitem considerar que as várias expressões funerárias a eles associadas se dilataram igualmente por todo este período (BETTENCOURT 1996).

É também de admitir que muitos sepulcros integrados no Bronze Inicial pela sua associação com vasos de tipo «Taraio» se possam enquadrar por todo o II e inícios do I milénio AC, como é o caso de uma estrutura cistóide detectada no interior do povoado da Santinha, Amares (BETTENCOURT 1995c, 1996).

É, igualmente de repensar a cronologia atribuída à necrópole do Tapado da Caldeira, atendendo a que a calibração das datas obtidas a incluem em meados do II milénio AC, o que aliás não é discordante com o espólio aí encontrado.

No momento actual dos conhecimentos parece-nos pois lógico admitir um mundo sepulcral extremamente heterógeneo, rico e complexo para toda a Idade do Bronze do Norte de Portugal. Este espectro contrasta com a visão de ausência tumular, que durante muitas décadas se defendeu para o Bronze Médio ou Final do Noroeste e, que, em determinado momento, pareceu mesmo constituir uma característica de união da fachada atlântica ocidental (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1987: 252).

3. PARA TERMINAR

As questões aqui levantadas representam algumas das muitas que poderiam equacionar-se para um período tão vasto como é a Idade do Bronze e para um território tão alargado como é o Norte de Portugal. Centrámos o nosso interesse, não na possibilidade de respostas imediatas e únicas, mas na análise dos diferentes modelos ou hipóteses apresentadas; no questionamento das premissas que a comunidade científica tem seguido na construção da Idade do Bronze do Norte de Portugal, valorizando os aspectos teóricos e/ou metodológicos que nos parecem mais adequados à tarefa da investigação. Tudo isto com o objectivo muito concreto de que da reflexão sobre estas questões possam emergir novas linhas de investigação e novas interrogações sobre a Idade do Bronze desta região.

²⁵ Segundo este autor teriam aparecido enterramentos acompanhados de espólio cerâmico no Penedo do Urso, Ponte de Lima).

IDADE DO BRONZE : TABELA CRONOLÓGICA

Autor	Terminologia	Periodização	Crítérios
Bosch - Gimpera (1932)	Bronze Levantino / El Argar Bronze do Noroeste	2500 - 1400 a.C. 1200 - 1000 / 900 a.C.	Tipologia (artefactos metálicos)
M. Santa Olalla (1941)	Bronze Mediterrânico I Bronze Mediterrânico II Bronze Atlântico III Bronze Atlântico IV	2000 - 1700 a.C. 1500 - 1200 a.C. 1200 - 900 a.C. 900 - 650 a.C.	Tipologia (artefactos metálicos)
E. MacWhite (1951)	Bronze II / Proto-Atlântico Bronze Atlântico III Bronze Atlântico IV	1700 - 1200 a.C. 1200 - 800a.C. 800 - 400 a.C.	Tipologia (artefactos metálicos)
H. Savory (1949,1968)	Bronze Atlântico	600 - 200 / 100 a.C.	Mudanças sepulcrais Tipologia (artefactos metálicos e cerâmicos)
R. Harrison (1974a; 1974b)	Bronze Inicial (Grupo Intermédio) Bronze Inicial (Grupo de Montelavar)	(?) - 1750-1700 a. C. 1750/1700 - 1500/1400 a. C.	Tipologia (artefactos metálicos e cerâmicos)
M. Almagro Gorbea (1977)	Bronze Médio Bronze Final I Bronze Final II Bronze Final III	1500-1300 a. C. 1300-1500 a. C. 1150-900 a. C. 900-700 a. C.	Tipologia (artefactos metálicos) Tecnologia
M. Ruiz-Gálvez Priego (1979)	Bronze Inicial (Etapa Formação) Bronze Inicial (Etapa Desenvolvimento) Bronze Inicial (Etapa Transição) Bronze Pleno	1800-1700 a. C. 1750/1700 - 1600 a. C. 1600-1500 a. C. 1500-1300 a. C.	Tipologia (artefactos metálicos)
M. Ruiz-Gálvez Priego (1984)	Bronze Antigo I Bronze Antigo II Bronze Antigo III Bronze Médio Bronze Final I Bronze Final II Bronze Final IIIa Bronze Final IIIb	1850-1750 a. C. 1750-1600 a. C. 1600-1500 a. C. 1500-1200 a. C. 1200-1000 a. C. 1000-900 a. C. 900-800 a. C. 800-700 a. C.	Tipologia (artefactos metálicos) Tecnologia
A. Coffyn (1985)	Bronze Antigo Bronze Médio Bronze Final I Bronze Final II Bronze Final III	2000-1800 a. C. 1800-1200 a. C. (?) 1200-1050 a. C. 1050-900 a. C. 900-700 a. C.	Tipologia (artefactos metálicos) Tecnologia
M. Almagro Gorbea (1986)	Bronze Final I Bronze Final II Bronze Final III Bronze Final IV Bronze Final V	1250-1150 a. C. 1100-900 a. C. 900-850 a. C. 800-750/700 a. C. 700 a. C. (?)	Tipologia (artefactos metálicos) Tecnologia
M. Ruiz-Gálvez Priego (1987)	Bronze Final III (fase 1) Bronze Final III (fase 2) Bronze Final III (fase 3)	séc. IX a. C. séc. VIII a. C. 2.ª metade séc. VIII a. C.	Tipologia (artefactos metálicos) Tecnologia
S. Jorge (1988)	Bronze Inicial Bronze Médio Bronze Final I Bronze Final II Bronze Final III	1.ª metade do II milénio a. C. 1600-1300 a. C. 1250/1200 - 1100 a. C. 1100-900 a. C. 900 - 700/600 a. C.	Mudanças socio-económicas e da cultura material
S. Jorge (1990)	Bronze Inicial Bronze Médio Bronze Final I Bronze Final II	1800/1700 - 1500 a. C. 1500 - 1200 a. C. 1250-1000 a. C. 1000/900 - 700 a. C.	Mudanças socio-económicas, rituais e da cultura material
A. Coffyn & H. Sion (1993)	Bronze Final I Bronze Final II	1100-950 a. C. 950-750 a. C.	Tipologia (artefactos metálicos) Tecnologia
M. Ruiz-Gálvez Priego (1995)	Bronze Final I Bronze Final II Bronze Final III	1250/1200 - 1100 a. C. 1100-940 a. C. 940-750 a. C. (Datas calibradas)	Mudanças socio-económicas e Tipologia (artefactos metálicos) Tipologia (artefactos metálicos)

BIBLIOGRAFIA

- AIRA RODRIGUEZ, M. J. & P. Ramil Rego (1995). Datos paleobotánicos del Norte de Portugal (Baixo Minho). Estudio polínico y paleocarpológico, *Lagascalia*, 18 (1), pp. 25-38.
- ALARCÃO, J. (1992). A evolução da cultura castreja, *Conímbriga*, 31, Coimbra, pp. 39-71.
- (1996). O primeiro milénio, *De Ulisses a Viriato. O primeiro Milénio a. C.*, Ed. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 15-30.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1977). *El bronce final y el período orientalizante en Extremadura*, Ed. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.
- (1986). Bronce Final y Edad del Hierro, la formación de las etnias y culturas prerromanas, *Historia de España. Prehistoria-I* (dir. F. Jordá Cerdá et alii), Ed. Gredos, Madrid, pp. 341-552.
- ALMEIDA, C. A. B. (1990a). *Proto-História e Romanização da bacia inferior do Lima. Estudos Regionais*, nº esp. 7/8, Viana do Castelo.
- ANATI, E. (1968). *Arte rupestre nelle regioni occidentali della Penisola Iberica*, Ed. del Centro, Capo di Ponti.
- ANTUNES, M. T. (1991/1992). Povoado proto-histórico de S. Julião (Vila Verde) Elementos arqueozoológicos, *Cadernos de Arqueologia*, 2ª sér., 8/9, Braga, pp. 237-239.
- BAPTISTA, A. (1986). Arte rupestre pós-glaciária. Esquematismo e abstracção, J. Alarcão (dir.), *História da Arte em Portugal. Do Paleolítico à Arte Visigónica*, Ed. Alfa, vol. 1, Lisboa, pp. 31-55.
- (1995). O santuário rupestre da Bouça do Colado, *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Ed. S.E.C., pp. 97-98.
- BELEN, A., J. L. Escacena & M^a I. Bozzino (1991). El mundo funerario del Bronce Final en la fachada atlántica de la Península Ibérica. I-Análisis de la documentación, *Trabajos de Prehistoria*, 48, Madrid, pp. 225-256.
- BETTENCOURT, A. (1991/1992). O Povoado da Sola, Braga: notícia preliminar, *Cadernos de Arqueologia*, 8/9, Braga, pp. 97-118.
- (1995a). Dos inícios aos finais da idade do bronze no Norte de Portugal, *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Ed. S.E.C., Lisboa, pp. 110-115.
- (1995b). O conceito de Bronze Atlântico na Península Ibérica, *Actas do Colóquio Existe uma Idade do Atlântico?*, Ed. IPA, Lisboa (no prelo).
- (1995c). O povoado da Santinha (Amares-Braga), *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Ed. S.E.C., pp. 60-61.
- (1996). Expressões funerárias da idade do bronze no Noroeste peninsular, *Actas do II Congresso Peninsular de Arqueologia*, Zamora (no prelo).
- BETTENCOURT, A. & L. Fontes (1993/1994). Uma nova jazida da idade do bronze no Areeiro, planalto da Lameira, Celorico de Basto, *Cadernos de Arqueologia*, 10/11, Braga, pp. 247-260.
- BRADLEY, R. (1994). Symbols and signposts - understanding the prehistoric petroglyphs of the British Isles, C. Renfrew & E. Zubrow (eds), *The Ancient Mind. Elements of Cognitive Archaeology*, New Directions in Archaeology, Ed. Cambridge University Press, pp. 95-106.
- (1996). El arte rupestre prehistórico de Gran Bretaña e Irlanda, F. Costas Gorbena et al (dir.) *Los motivos Geométricos en los Gravados Rupestres Prehistóricos del Continente Europeo*, Ed. Asociación Arqueológica Viguera, Vigo, pp. 55 - 82.
- BRADLEY, R.; F. Criado Boado & R. Fábregas Valcarce (1994a). Rock art research as landscape archaeology: a pilot study in Galicia, north-west Spain, *World Archaeology*, 25 (3), pp. 374 - 390.
- (1994b). Los petroglifos como forma de apropiación del espacio: algunos ejemplos gallegos, *Trabajos de Prehistoria*, 51 (2), pp. 159 - 168.
- BRADLEY, R.; P. Santos & M. J. Sanches (1998). Land-marks - a new approach to the rock art of Trás-os-Montes (Portugal), *ANTROPOLÓGICAS*, 2, Ed. Universidade Fernando Pessoa, Porto (no prelo).
- BOCH GIMPERA, P. (1932a). *Etnología de la Península Ibérica*, Ed. Alpha, Barcelona.
- (1932b). La edad del Bronce en la Península Iberica, *Investigación y Progreso*, 6 (10), pp. 145-148.
- BOTELHO, I. (1996). *Dos cacos e dos vasos. O «Castelheiro Velho» de Freixo de Numão, na charneira do III mil. a.C.*, Porto, 2 vols. (Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Porto - policopiada).
- CALADO, M. (1993). *A idade do bronze*, J. Medina (dir.), História de Portugal. O Mundo Lusitano Romano, Ed. Ediclube, vol. 2, pp. 327 - 353.
- COFFYN, A. (1985). *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Ed. Diffusion du Bocard, Paris.
- COFFYN, A. & H. Sion (1993). Les relations atlanto-méditerranéennes. Eléments pour une révision chronologique du bronze final atlantique, *Méditerranée*, 2, pp. 285-310.
- COMENDADOR REY, B. (1996). La primera producción metálica del noroeste peninsular, *Actas do 2º Congreso Peninsular de Arqueologia*, Zamora (no prelo).
- COSTAS GOBERNA, J. & P. Novoa Álvarez (1993). *Los grabados rupestres de Galicia*, Monografías do Museu Arqueológico e Histórico de A Coruña - 6, Coruña.
- CRUZ, D. (1992). *A mamoa 1 de Chã de Carvalhal (Serra da Aboboreira)*, Ed. Univ de Coimbra, Coimbra.
- DELIBES, G., FABIÁN, F., FERNANDEZ MANZANO, J., HERRAN MARTÍNEZ, J., SANTIAGO PARDO, J., e VAL RECIO, J. (1996). Los más antiguos testimonios del uso y producción de metal en el suroeste de la Submeseta Norte: consideraciones tipológicas, tecnológicas y contextuales, *Humanitas*, Univ. de Santiago de Compostela, pp. 164-291.
- DINIS, A. (1993). *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio A.C.*, (Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto - Policopiado).
- (1996). Povoamento do Baixo Ave no I milénio A.C., *Actas do II Congresso de Arqueologia Peninsular*, Zamora (no prelo).
- EMBREE, L. (1992). The future and the past of metaarchaeology, L. Embree (ed.) *Metaarchaeology. Reflections by Archaeologists and Philosophers*, Ed. Kluwer Academic Publishers, pp. 3-50.
- FABIÃO, C. (1992). O passado proto-histórico e romano, in J. Mattoso (dir.), *História de Portugal I*, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 76-299.
- FABREGAS VALCARCE, R. (1993a). Enterramientos tumulares en la edad del bronce? Nuevas evidencias para el Noroeste, *Espacio, Tiempo y Forma*. Revista de la Facultad de Geografía e Historia, sér. 1, Prehistoria y Arqueología, 6, Madrid, pp. 181-203.
- (1993b) El fenómeno tumular en el bronce del Noroeste, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueologia*, Vigo, Vigo, 1, pp. 85-91.
- (1995) La realidad funeraria en el Noroeste del neolítico a la edad del bronce, R. Fábregas Valcarce et alii (ed.) *Arqueología da Morte na Península Ibérica desde as Orixes ata o Medioevo*, Xizco de Limia, pp. 95-125.
- FÁBREGAS VALCARCE & M. L. Ruíz-Gálvez Priego (1994). Ambitos funerario y doméstico en la prehistoria del NO. de la península ibérica, *Zephyrus*, 45, Salamanca, pp. 143 - 159.
- FÁBREGAS VALCARCE, R. & R. Bradley (1995). El silencio de las fuentes: prácticas funerarias en la edad del bronce del Noroeste y su contexto europeo, *Complutum*, 6, pp. 153-166.
- FIGUEIRAL, I. (1990). *Le nord-ouest du Portugal et les modifications de l'écosystème, du Bronze final à l'époque romaine, d'après l'anthracanalyse de sites archéologiques*, Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Montpellier II, 2 vols.

- (1993). Charcoal analysis and the vegetational evolution of north-west Portugal, *Oxford Journal of Archaeology*, 12 (2), Oxford, pp. 209-222.
- (1994). A antracologia em Portugal, progressos e perspectivas, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Actas do I Congresso Peninsular de Arqueologia*, 34 (3-4), pp. 427-448.
- (1995). Charcoal analysis and the history of Pinus pinaster (cluster pine) in Portugal, *Review of Palaeobotany and Palynology*, 89, pp. 441-454.
- GONZALEZ MARCEN, P.; V. Lull & R. Risch (1992). *Arqueología de Europa, 2250-1200 A.C. Una introducción a la «edad del bronce»*, Ed. Síntesis, Madrid.
- HARRISON, R. (1974a). Ireland and Spain in the early bronze age. Fresh evidences for Irish and British contacts with proto-atlantic bronze age Spain in the second millenium B.C., *Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland*, 109, pp. 58-60.
- (1974b). A closed find from Cañada Rosal, Prov. Sevilla and two bell beakers, *Madrid Mitteilungen*, 15, Madrid, pp. 77-94. H
- HATT, J. (1958). Chronique de protohistoire IV. Nouveau project de chronologie pou l'âge du bronze en France, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 55 (5-6), pp. 304-306.
- (1961). Chronique de protohistoire V. Une nouvelle chronologie de l'âge du bronze final en France. Exposé critique du système chronologique de H. Müller Karpe, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 58, pp. 184-195.
- HOCK, M. (1980). Corte estratigráfico no castro de S. Juzenda, *Actas do 1º Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 2, Guimarães, pp. 55-70.
- HJORUNGDAL, T. (1995). The early iron age in western Norway: a gender critical perspective, J. Hill et al (ed.) *Different Iron Ages. Studies on the Iron Age in Temperate Europe*. Ed. BAR International Series 602, pp. 23-36.
- JORGE, S. (1980a). A necrópole do Tapado da Caldeira, *Arqueologia*, 2, Porto, pp. 36-44.
- (1980b). A estação do Tapado da Caldeira, Baião, *Portugália*, nov. sér., 1, Porto, pp. 29-50.
- (1983). Duas datas de C14 para a sepultura 1 da estação do Tapado da Caldeira (Baião), *Arqueologia*, 8, Porto, pp. 55-56.
- (1985). Datas de carbono 14 para a Pré-História Recente do Norte de Portugal: os dados e os problemas, *Arqueologia*, 12, Porto, pp. 154-183.
- (1986). *Povoados da Pré-História Recente (IIIº-inícios do IIº milénios a.C.) da região de Chaves e V.ª P.ª de Aguilar (Trás-os-Montes ocidental)*, Ed. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, 3 vols, Porto.
- (1988a). O povoado da Bouça do Frade (Baião) - breve apontamento, *Arqueologia*, 17, Porto, pp. 134-137.
- (1988b). *O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Ed. Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Monografias Arqueológicas do GEAP - 2, Porto.
- (1988c). Reflexões sobre a pré-história recente do Norte de Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28 (1-2), Porto, pp. 85-112.
- (1990). Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios, J. Alarcão (dir.) *Nova História de Portugal. Das Origens à Romanização*, 1, Ed. Presença, Lisboa, pp. 214-258.
- (1991). Idade do Bronze: apontamento sobre a natureza dos dados arqueológicos, *Arqueologia*, 21, Porto, pp. 12-15.
- (1993). O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da pré-história recente do Norte de Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, 1993, 33 (1-2), pp. 179-216.
- (1995). O bronze final no Norte de Portugal: uma história em discussão, *O I milénio a.C. no Noroeste Peninsular: a Fachada Atlântica e o Interior*, Bragança, Novembro de 1995. (no prelo).
- (1996). Regional diversity in the Iberian bronze age - on the visibility and opacity of the archaeological record, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 36, Porto, pp. 193-214.
- JORGE, V. (1980). Escavação da mamoa 1 de Outeiro de Gregos. Serra da Aboboreira, Baião, *Portugália*, nov. série, 1, pp. 9-28.
- (1983). Gravuras portuguesas, *Zephyrus*, 36, Salamanca, pp. 53-61.
- (1986). Arte rupestre em Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 26 (1-4), pp. 27-50.
- (1992). As mamoas funerárias do Norte de Portugal (do neolítico à idade do bronze antigo) como elementos indicadores de uma progressiva complexidade social: esboço preliminar da questão, *Revista de História da Faculdade de Letras-História*, 2ª sér., 9, Porto, pp. 463-480.
- JORGE, V.; F. Alonso & G. Delibrias (1988). Novas datas de Carbono 14 para mamoas da Serra da Aboboreira, *Arqueologia*, 18, Porto, pp. 95-98.
- JORGE, V. & S. Jorge (1996a). Arqueologia portuguesa no séc. XX: alguns tópicos para um balanço, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 36, Porto, pp. 143-158.
- (1996b). Women in Portuguese archaeology. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 36, Porto, pp. 159-167.
- LEMOS, F. S. (1993). *Povoamento romano de Trás-os-Montes*, (Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho - policopiada).
- (1996). Povoamento, espaço e gentiliates no 1º milénio a. C., no Nordeste transmontano, *De Ulisses a Viriato. O Primeiro Milénio a.C.*, Ed. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 147-153.
- MACWHITE, E. (1951). *Estudios sobre las relaciones atlánticas de la Península Hispánica en la Edad del Bronce*, Madrid, Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva del Hombre.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1973). La originalidad de la cultura castreña, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 22 (3), Porto, pp. 335-342.
- (1975). La edad del bronce en el occidente atlántico, *Actas das 1ªs Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Historicas. I. Prehistoria e Historia Antigua*, Santiago de Compostela, pp. 129-145.
- MARTINS, M. (1985). Sondagens arqueológicas no castro do Monte Padrão, em Santo Tirso, *Cadernos de Arqueologia*, 2ª sér., 2, Braga, pp. 217-230.
- (1987). A cerâmica proto-histórica do vale do Cávado: tentativa de sistematização, *Cadernos de Arqueologia*, 2ª sér., 4, Braga, pp. 35-77.
- (1988a). *A Citânia de S. Julião*, Vila Verde, Cadernos de Arqueologia-Monografias nº 2, Braga.
- (1988b). *O povoado fortificado do Lago, em Amares*, Cadernos de Arqueologia-Monografias nº 1, Braga.
- (1989). *O castro do Barbudo, Vila Verde. Resultado das campanhas realizadas entre 1981-1985*, Cadernos de Arqueologia-Monografias 3, Braga.
- (1990). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia-Monografias 5, Braga.
- (1993/1994). O NO Português no I milénio a. C.: os diferentes cenários de representação do discurso arqueológico, *Cadernos de Arqueologia*, 10-11, Braga.
- (1994). The dynamics of change in NO Portugal during the I millenium B.C. What change? and why?, S. Keay et ali (dir.) *The Dynamics of Change in Iberian Peninsula*, Ed. Routledge, Londres.
- (1996). Povoamento e habitat no Noroeste português durante o 1º milénio a. C., *De Ulisses a Viriato. O primeiro Milénio a.C.*, Ed. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 118-133.
- MÉNDEZ FERNÁNDEZ, F. (1994). La domesticación del paisaje durante la edad del bronce gallego, *Trabajos de Prehistoria*, 51 (1), Madrid, pp. 77-94.

- MONTEAGUDO, L. (1977). *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*, Prahistorische Bronzefunde - 9 (6), Munique.
- (1981). Koiné del bronze atlántico?, *1º Colóquio Galaico-Minhoto*, 2º vol., pp. 365-398.
- MONTEIRO, J. P.; M. V. Gomes; J. Soares & C. T. da Silva (1980). O acampamento do bronze final das Pontes de Marchil, *Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*, Ed. Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, p. 43-45.
- MURALHA, J. (1996). *Materiais líticos e cerâmicos de Castelo Velho de Freixo de Numão. Continuidades e descontinuidades: uma proposta de abordagem estatística*, Porto, 2 vols (Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Porto - policopiada).
- OBERMAIER, H. (1925). Die bronzezeitlichen Felsgravierungen von Nordwestspanien (Galicien), *IPEK*, pp. 51-59.
- PEÑA SANTOS, A. & J. Rey Garcia (1993). El espacio de la representación. El arte rupestre galaico desde una perspectiva territorial, *Pontevedra. Revista de Estudos Provinciais*, 10, Pontevedra, pp. 10-50.
- PEÑA SANTOS, A.; F. Costas Goberna & J. Hidalgo Cuñarro (1996). Los motivos geométricos en el grupo galaico de arte prehistórico, F. Costas Gorbena et al (dir.) *Los motivos Geométricos en los Grabados Rupestres Prehistóricos del Continente Europeo*, Ed. Asociación Arqueológica Viguesa, Vigo, pp. 83 - 130.
- QUEIROGA, F. (1992). *War and castros. New approaches to the northwestern portuguese iron age*, Oxford (Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Oxford - policopiada).
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1979). El Bronce Antiguo en la fachada atlántica peninsular: un ensayo de periodización, *Trabajos de Prehistoria*, 36, Madrid, pp. 151-172.
- (1984a). *La Península Ibérica y sus relaciones con el círculo cultural atlántico*, Madrid, 2 vols. (Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid - policopiada).
- (1984b). Reflexiones terminológicas en torno de la Edad del Bronce peninsular, *Trabajos de Prehistoria*, 41, Madrid, pp. 323-342.
- (1987). Bronce Atlántico y «cultura» del Bronce atlántico en la península Ibérica, *Trabajos de Prehistoria*, 44, Madrid, pp. 251-266.
- (1990). Canciones del muchacho viajero, *Veleia*, 7, pp. 79-103.
- (1991). Songs of a wayfaring lad. Late Bronze Age Atlantic exchange and the building of the regional identity in the west Iberian Peninsula, *Oxford Journal of Archaeology*, 10 (3), Oxford, pp. 277-306.
- (1993). El noroeste de la Península Ibérica en el contexto de la prehistoria reciente de Europa Occidental, *Actas del Congreso Nacional de Arqueología*, Vigo, vol I, pp. 11-16.
- (1995). Cronología de la ría de Huelva en el marco del bronze final de Europa occidental, in Ruíz-Gálvez (ed.) *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ría de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeo*, Complutum 5, Madrid, pp. 79-83.
- SANCHES, M. J. (1995a). O povoado da Lavra, serra da Aboboreira, *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Ed.S.E.C., p.116.
- (1995b). *O Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no contexto da Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, 2 vols (Dissertação de Doutoramento apresentada à Fac. de Letras da Universidade do Porto - Policopiada).
- (1996 a). *Ocupação Pré-histórica do Nordeste de Portugal*, série Monografias y Estudios, Fundación Rei Afonso Henriques, Zamora.
- (1996b). O Crasto de Palheiros, Murça. Notícia preliminar das escavações de 1995 e de 1996, *Actas do II Congresso de Arqueologia Peninsular*, Zamora (no prelo).
- (1997). *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, Textos - 1, SPAE, Porto (no prelo).
- SANCHES, M. J.; A. Monge Soares & F. Alonso Mathias (1993). Buraco da Pala (Mirandela): datas de carbono 14 calibradas e seu poder de resolução. Algumas reflexões, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, 1993, 33(1-2), pp. 223-243.
- SANTA OLALLA, J. (1946). *Esquema paleontológico de la Península hispánica*, Madrid.
- SANTOS JÚNIOR, J. (1940). Arte rupestre, *Congresso do Mundo Português*, 1, Lisboa, pp. 327-376.
- SANTOS, P. M. (1995). O povoado do Alto de Stª Ana, Chaves, *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Ed.S.E.C., p. 117.
- SAVORY, H. (1951). A idade do Bronze Atlântico no Sudoeste da Europa, *Revista de Guimarães*, 61 (3-4), Guimarães, pp. 337-340.
- (1974). *Espanha e Portugal*, Ed. Verbo, Lisboa.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1989). *Pré-História recente da bacia do médio e alto Mondego. Algumas contribuições para um modelo sociocultural*, 3 vols, Lisboa (Tese de doutoramento apresentada à Universidade Clássica de Lisboa - policopiada).
- (1995). The late prehistory of Central Portugal: a first diachronic view, K. Lillios (ed.) *The Origins of Complex Societies in Late Prehistoric Iberia*, Ed. International Monographs in Prehistory, Michigan, pp. 64-94.
- SILVA, A. C. (1986). *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.
- (1990). A primeira idade do ferro, J. Alarcão (dir.) *Nova História de Portugal. Das Origens à Romanização*, 1, Ed. Presença, Lisboa, pp. 263- 288.
- SILVA, A. C.; L. Raposo & C. T. Silva (1992). *Pré-História de Portugal*, Ed. Universidade Aberta - 57, Lisboa.
- SILVA, A. C. & M. V. Gomes (1993). *Proto-História de Portugal*, Ed. Universidade Aberta - 57, Lisboa.
- SILVA, A. R. P. (1988). A paleoetnobotânica na arqueologia portuguesa. Resultados desde 1931 a 1987, *Paleoecologia e Arqueologia*, Vila Nova de Famalicão, pp. 5-36.
- SILVANO, F. (1997). *Territórios da identidade*, Ed. Celta.
- SOARES, J. & C. T. da Silva (1995). O Alentejo litoral no contexto da idade do bronze do Sudoeste peninsular, *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Ed. IPM, Lisboa, p. 136-143.
- SOBRINO LORENZO-RUZA, R. (1955). Datos para el estudio de los petroglifos de tipo atlántico, *III Congreso Arqueológico Nacional*, Zaragoza, pp. 223-260.
- VAQUERO LASTRES, J. (1993) Túmulos del NW peninsular: escenas, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología*.Vigo, Vigo, 1, pp. 39-44.
- VAZQUEZ VARELA, J. (1995). Imagen y sociedad en la edad del bronze de Galicia, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular*, 35, (3), Porto, pp. 287-301.
- VERNET, J - L. & I. Figueiral (1993). The highlands of Aboboreira (North-West Portugal): ecological conditions from middle/late neolithic to early bronze age. Evidence from charcoal analysis, *Oxford Journal of Archaeology*, 12 (1), Oxford, pp. 19-28.
- VILAÇA, R. (1992). Comentário. A evolução da cultura castreja, *Conímbriga*, 31, Coimbra, pp. 73-83.
- (1995). *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*, 2 vols, Coimbra, *Trabalhos de Arqueologia - 9*, Ed. IPPAR, Lisboa.